



**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Comunicação, Turismo e Artes
Curso de Licenciatura em Dança**

CRISTINA DA CONCEIÇÃO RESENDE

**TORÉ DO POVO INDÍGENA TABAJARA DA PARAÍBA:
ESTRUTURA, CRENÇA E RESSIGNIFICAÇÕES**

João Pessoa - PB
2018



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Comunicação, Turismo e Artes
Curso de Licenciatura em Dança

CRISTINA DA CONCEIÇÃO RESENDE

**TORÉ DO POVO INDÍGENA TABAJARA DA PARAÍBA:
ESTRUTURA, CRENÇA E RESSIGNIFICAÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Licenciatura em Dança como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Dança pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Victor Hugo Neves de Oliveira
Coorientador: Lusival Antônio Barcellos

João Pessoa, 2018

CRISTINA DA CONCEIÇÃO RESENDE

**TORÉ DO POVO INDÍGENA TABAJARA DA PARAÍBA:
ESTRUTURA, CRENÇA E RESSIGNIFICAÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Licenciatura em Dança como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Dança pela Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa, ____ de _____ de 2018

BANCA EXAMINADORA:

Prof^o. Dr. Victor Hugo Neves de Oliveira

Prof^a. Dra. Carolina Dias Laranjeira

Prof^a. Ms. Eliane Silva de Farias

DEDICATÓRIA

Ao povo indígena Tabajara da Paraíba que tem me ensinado o ato de (re)existir.

À minha vó, Maria José da Conceição minha grande inspiração, exemplo de coragem e amor.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Victor Hugo Neves de Oliveira por acreditar e contribuir com essa pesquisa. E pelos ensinamentos durante o curso.

Ao Prof Dr. Lusival Antônio Barcellos por todo carinho e disponibilidade em ajudar, e pelas colaborações durante esse processo.

À Prof^a. Dr^a. Carolina Dias Laranjeiras pelas suas provocações e contribuições com a pesquisa durante a pré-banca e pelos ensinamentos inspiradores durante a licenciatura.

À Prof^a M.^a Eliane Silva de Farias que aceitou o convite em fazer parte da banca examinadora, mesmo estando sobrecarregada em seu período de doutoranda.

Às lideranças do povo Tabajara da Paraíba, Ednaldo dos Santos Silva (cacique Ednaldo), Carlos Batista de Souza (cacique Carlinhos) e Paulo dos Santos Maciel que com muita força, tem lutado para o reconhecimento e efetivação dos direitos do povo Tabajara, assim como Juscelino Silva de Souza e todos que contribuíram dando entrevista.

Ao meu companheiro José Ribamar Nonato de Souza, pelo amor e por estar presente em todos os momentos com paciência, me acompanhando e ajudando na pesquisa com registros de imagens e vídeos.

À Minha família, especialmente à minha mãe Doora cy Maria da Conceição Resende, que sempre acreditou e me deu apoio em todos os momentos da minha vida.

As minhas amigas sempre presente Janielle Nálija, Maeza Donnianni, Laís Mayara, Ewellyn Lima, Jessica Andrade pelos e especialmente a Taciana Negri que foi fundamental com suas observações e auxílio na formatação do trabalho nesses últimos dias.

À Minha turma #Queturmaéessa!! Por dividir momentos de crise e períodos incríveis, pessoas que com suas peculiaridades, me ensinaram a ser uma pessoa melhor, mais humana.

À Prof. M.^a Juliana Polo por sua sensibilidade, amizade, confiança e por me ensinar que “tudo bem” se as coisas não saírem do jeito que eu quero.

À todos os meus professores do curso de licenciatura em dança da Universidade Federal da Paraíba, que compartilharam de maneira magnificente experiências em dança durante esses anos, colaborando com a minha formação profissional e humana.

Ao grupo de pesquisa Antropologia Dança pelos textos e materiais de pesquisa em dança que foram compartilhados e me trouxeram questionamentos.

À Deus por me dar o dom da vida e me permitir concluir essa importante fase da minha existência.

“Arrancaram nossas folhas, quebraram nossos galhos, cortaram nosso tronco, mas esqueceram de arrancar nossas raízes.”

(Cacique Ednaldo Tabajara)

RESUMO

Nos registros da história da Paraíba, um povo que havia sido dado como extinto, mas, ressurgiu em pleno século XXI, são os índios Tabajara do estado da Paraíba, pela sobrevivência haviam negado sua etnia durante um longo período de silenciamento. Diante dessa emergência étnica, surgem vários fatores a partir da memória, da socialização de saberes entre outras comunidades indígenas e o auxílio da própria história que faz reavivar a cultura deste grupo. Observando a dança do Toré como um elemento de potência para afirmação e reavivamento cultural da maioria das comunidades indígenas que emergem na região nordeste, buscamos entender de que forma estes corpos que dançam o Toré vem reconstruindo essa identidade, como se dá esta reelaboração, e quais ressignificações se dá nesta dança, tendo em vista a atual conjuntura em que os Tabajaras vivem atualmente. Essa pesquisa tem caráter qualitativo e a partir de filmagens, fotografias e entrevistas buscamos compreender esse processo que vem sendo construído. Manter presente em narrativas a história deste povo, é contribuir para a compreensão sobre as microculturas resistentes, que precisam ser reconhecidas e respeitadas no nosso país.

Palavras-chave: índios Tabajara; Paraíba; dança; Toré.

ABSTRACT

In the records of the history of Paraíba, a people who had been given as extinct but resurfaces in the 21st century, are the Tabajara Indians of the state of Paraíba, for survival had denied their ethnicity during a long period of silencing. In face of this ethnic emergency, several factors arise from the memory, the socialization of knowledge among other indigenous communities and the help of the history that makes the culture of this group a revival. Observing the dance of Toré as an element of power for affirmation and cultural revival of the majority of indigenous communities emerging in the Northeast, the main purpose of this research is understand how these bodies that dance Toré has been rebuilding their identity, as of this reelaboration, and which reelaborations occurs in this dance, in view of the current conjuncture in which the Tabajaras currently live. This research has a qualitative character and from videos, photographs and interviews we seek to understand the process that this culture has been rebuilt. To keep Present in narratives the history of this people is to contribute to the understanding of the resistant microcultures, which need to be recognized and respected in our country.

Keywords: Tabajara Indian; Paraíba; Dance; Toré..

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Cocar indígena Tabajara	14
Figura 2. Lideranças Tabajara: Paulo Maciel (Conselheiro), Cacique Carlinhos e Cacique Ednaldo.....	15
Figura 3. Saiote de palha de embira sendo usado durante apresentação do Toré.....	24
Figura 4. Crianças Tabajara durante evento na Fortaleza de Santa Catarina- Cabedelo -PB outubro de 2017	28
Figura 5. Criança Tabajara fazendo desenhos no caderno	29
Figura 6. Simone, esposa do cacique Carlinhos fazendo defumação durante o ritual do Toré	31
Figura 7. Pai nosso, sendo rezado em Tupi durante o ritual do Toré.	31
Figura 8. Realização da dança Toré da aldeia de Barra de Gramame, abril de 2017.....	32
Figura 9. Chão de uma das salas do Convento São Francisco, desenhos indígenas.....	35
Figura 10. Reunião do povo Tabajara na Aldeia Vitória- Mata da Chica- Conde- PB.....	37
Figura 11. Apresentação do Toré em um evento na Fortaleza de Santa Catarina- Cabedelo PB outubro de 2017.....	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. TABAJARA: DO “DESCOBRIMENTO” AO RESSURGIMENTO.....	7
1.1. Uma história de conflitos	8
2. TORÉ: ARTE DO CORPO INDÍGENA DO NORDESTE	17
2.1. Oré Tabajara: Dançando a identidade	24
3. TORÉ, CONFLITOS E RESSIGNIFICAÇÕES	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

O tema abordado nesta pesquisa discorre sobre o povo indígena Tabajara da Paraíba e tem como foco principal a dança do Toré, também conhecida como ritual do Toré. Sendo a dança, um importante elemento da cultura, analisaremos a estrutura, a religiosidade e as ressignificações que vem sendo feitas no Toré, a partir de 2006, período em que se inicia uma reorganização do povo indígena Tabajara da Paraíba.

Diante de mais de um século silenciado, expulso de suas terras tendo que negar sua etnia para não ser executado, este povo, que foi dado como extinto, reaparece para retomar suas terras e reafirmar sua cultura, lutando pelo reconhecimento perante o estado brasileiro, tendo a dança como um importante símbolo de afirmação étnica.

O Toré indígena Tabajara tem resistido na memória de seus ¹troncos velhos e, atualmente, se traduz no corpo daqueles que praticam a dança dando antigos ou novos significados para esta manifestação, a qual vem sendo reelaborada desde os elementos que a compõem, nos passos feitos pelos diferentes corpos, cada um com sua história, mas unidos no mesmo propósito: reafirmar sua etnia e dar vida a esta cultura.

As pinturas, as vestimentas, a língua e a dança se configuram como importantes elementos culturais de centenas de povos indígenas do Brasil. Entre as mais de 300 etnias indígenas existentes neste país, encontramos diferentes danças, cada uma carrega traços de sua cultura, da simbologia e diferentes significados para cada povo.

A dança do Toré conhecida também como um ritual, é praticada pela maioria dos povos indígenas do nordeste, sendo caracterizado como sinal diacrítico² para que haja o reconhecimento de indianidade. Esta dança que pode variar de estrutura, pode ser feita em diferentes ocasiões.

Analisando a sociedade atual onde está inserido este povo, e diante da configuração recente do povo indígena Tabajara da Paraíba, nos questionamos:

¹ Tronco Velho é uma expressão usada pelos indígenas para se referir às pessoas mais antigas da comunidade, os troncos velhos resguardam a memória, a cultura e religiosidade do povo.

² Sinal diacrítico é o sinal escolhido por um grupo para caracterizar sua diferença entre outros grupos, pode ser a língua, uma dança, no caso dos índios do nordeste o Serviço de Proteção do Índio durante a metade do século XX, passa a exigir o Toré para reconhecer comunidades indígenas emergentes.

Como os Tabajara da Paraíba compreendem a dança do toré realizada a partir de 2006 como uma dança autêntica? Qual a importância e quais suas simbologias? Quais reelaborações surgem a partir da religião e do corpo atual?

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de colaborar com a continuidade histórica e gerar um pensamento reflexivo, sobre a história do povo indígena Tabajara da Paraíba, mas especificamente sobre a dança do Toré. Havendo sofrido uma descontinuidade de sua narrativa perante os livros, e socialmente dado como extinto, esse estudo busca produzir conhecimento sobre essa comunidade, ressaltando a dança que está inserida em sua cultura.

Buscamos colocar o corpo em pauta como signo da trajetória e construção cultural, assim como elemento significativo da luta desta comunidade, que tem grande importância social e histórica. Observando principalmente o contexto nacional atual, onde é subtraído o direito e reconhecimento da importância dos povos originários, que buscam lutar pelos seus direitos, ao mesmo tempo em que politicamente são massacrados e não resguardados como deveriam ser, visto que tal proteção é previsto na constituição.

Socialmente, poder conhecer a memória de nosso país é de grande relevância, entretanto nos é ocultado desde a época da invasão do Brasil fatos extremamente importantes. Assim como muitos outros povos, por um longo período nos foi ocultada a narrativa dos índios Tabajara da Paraíba, sabendo-se apenas que haviam sido extintos.

É pretendido nesse trabalho analisar a trajetória do povo indígena Tabajara da Paraíba, observando a relevância da dança do Toré suas reestruturações, seus significados, corporalidade e a importância para os que a praticam. Observar as implicações que surgem constatando. Que atualmente, parte do povo Tabajara se declara cristão pentecostal, verificando a importância cultural que a dança do Toré representa tanto para a cultura da Paraíba como para a história cultural brasileira.

Nessa pesquisa qualitativa, através de estudos bibliográficos e de campo, iremos discutir sobre questões que provem desta reorganização do povo indígena Tabajara, fazendo parte deste processo, a dança do Toré a qual pretendemos observar como vem se sendo estruturada.

O interesse pela pesquisa se deu a partir de 2015, ao pagar a disciplina chamada “danças populares matrizes étnicas e contexto histórico” que temos no curso de licenciatura em dança da Universidade Federal da Paraíba. Visto que no ano anterior eu havia descoberto que sou descendente de indígena tabajara.

A recente história se inicia quando minha mãe é procurada por Iraci Cassiano Soares (conhecida como Nanci), para falar sobre a reorganização do povo Tabajara. Nanci é uma influente anciã indígena de etnia Potiguara, que reside na Baía da Traição, de grande

importância para os Potiguara e para toda a história indígena no Brasil, é uma liderança que tem uma grande representatividade, trilhando caminhos na saúde, na política e na educação, Nanci é expoente quando se trata da mulher indígena no Brasil. Nanci acolheu minha avó, Maria José da Conceição (indígena Tabajara) ao chegar na Baía da Traição no fim da década de 60, nesta época minha vó tinha 07 filhos.

Maria José da Conceição nasceu em 1934 na cidade de Alhandra, que faz parte do território Tabajara, entretanto, já naquela época, ninguém podia falar que era índio, sua família sequer comentava sobre a ascendência indígena. Depois que ficou adulta e casou, Maria José, incentivada por José Albertino de Souza (meu avô, que não era índio), começou (mesmo minha avó não se interessando) a procurar pelo seu povo.

E por que procurar pelo seu povo? Segundo minha bisavó, Josefa Maria da Conceição, toda família pertencia a um povo indígena os quais tinham muitas terras, mas que tinham sido expulsos dessas propriedades por latifundiários da família dos Lundgren, isso só foi revelado quando minha vó já era adulta, minha avó procurava seu povo contra sua vontade, porque o que ela ouvia de sua mãe era que muitos indígenas haviam sido assassinados por causa dessas terras. Se assumir indígena era um tanto arriscado, quem sobreviveu não dizia que era índio Tabajara, era perigoso, dizer quem era, se assumir indígena com sangue Tabajara era uma sentença de morte). Durante o início do século XX a Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRTR) tendo como proprietários a família sueca Lundgren acelera a invasão de terras Potiguara e Tabajara.

Mas quem são os Tabajaras? Os Tabajara são um povo indígena que marcou idas e vindas pela região nordeste, durante o século XVI se estabeleceram em terras da Paraíba se aliando aos indígenas Potiguara, havendo desentendimentos entre esses povos posteriormente. Os Tabajara ocupavam uma região do litoral sul da Paraíba, seu território tradicional correspondia as cidades do Conde, Alhandra, Caaporã, e Pitimbu que fica entre Pernambuco e Paraíba. A partir das expulsões de seu território, os Tabajara foram obrigados a migrar para periferias localizadas na cidade de João Pessoa e para os municípios de Pitimbu, Conde, Caaporã e Alhandra.

Atualmente existem duas aldeias do povo indígena Tabajara, a aldeia Vitória e aldeia Barra de Gramame ambas, o município do Conde, litoral sul da Paraíba. Muitos indígenas ainda vivem desaldeados, morando nos bairros de João Pessoa e de outras cidades lutando pela sobrevivência, enquanto não acontece a demarcação das terras indígenas que estão em processo.

A invasão das terras indígenas, por parte da família dos Lundgren, é presente na memória dos Tabajara e Potiguara, devido a forte violência e terror que esses povos sofreram,

causada pelos vigias e capatazes do coronel Frederico Lundgren, os quais expulsavam, queimando suas casas e cometendo atrocidades com essas comunidades.

Na década de 1970 as terras invadidas pela CTRT foram repassadas aos usineiros de cana-de açúcar, o que veio a completar o cenário de expulsão e desmatamento de terras indígenas.

Sendo recebida, criando e gerando outros filhos em solo Potiguara, vó Maria viveu na Baía da Traição até o ano de 2016, pois no ano de 2015 Doora e Maria da Conceição (minha mãe), soube que um homem chamado Ednaldo dos Santos Silva buscava reunir o povo Tabajara. Ednaldo era jogador de futebol e havia recusado um contrato de 45.000 euros para jogar em um time de futebol de Portugal. O mesmo estava decidido a seguir o chamado de uma profecia. O tronco velho Antônio Francisco do Nascimento (conhecido como Piaba), sempre contava para a família: “[...] dia virá em que um jovem forte, capacitado e destemido assumirá nossa história, nossa gente e a retomada de nossa terra [...]” (CACIQUE EDNALDO, abr.2009 *apud* FARIAS; BARCELLOS. 2015, p.63).

Esta profecia era contada durante muitos anos por Antônio, o qual sempre falava que um dia, um jovem apareceria para juntar novamente os Tabajara da Paraíba, que haviam sido expulsos de suas terras. Ednaldo ouvindo esta profecia em uma visita na casa de familiares sentiu-se tocado, então abandonou a oferta de um time de Portugal e resolveu tomar para si a profecia que era contada por Antônio.

Desde 2006, o atual Cacique Ednaldo Tabajara³, Juntamente com o Cacique Carlinhos Tabajara e Paulo dos Santos Maciel (conselheiro), buscaram juntar as famílias que um dia haviam sido expulsas de suas terras. Começava então uma batalha pelo processo de reconhecimento étnico, perante os órgãos oficiais responsáveis por assuntos indígenas.

Após ter conhecido sobre fato de que os Tabajara estariam voltando para suas terras e estavam novamente se organizando em comunidade, mesmo estabelecida há muitos anos em solo indígena Potiguara, minha vó Maria decide na primeira Oportunidade, voltar a morar no território de seus ancestrais.

Não há como contar sobre o interesse por esta pesquisa, sem fazer essa linha histórica traçada pela trajetória do povo indígena Tabajara da Paraíba e pela história da matriarca da minha família, dona Maria, minha vó. É a partir de suas raízes, de seu sangue e de sua história que percebo que, além de descendente do sangue, a alma Tabajara se faz presente dentro de

³ As pessoas de diversas etnias indígenas brasileiras, se identificam com o nome dado a etnia, usando por exemplo “Tabajara” depois do primeiro nome.

mim. Dentre esse processo particular de reconhecimento e meu pertencimento étnico, tenho procurado entender como vem se reestruturando a cultura desta comunidade.

O curso de licenciatura em Dança da Universidade Federal da Paraíba, tem e despertado o interesse pelos processos culturais de diferentes comunidades que praticam dança popular, e mais especificamente, para a história da dança, a partir de disciplinas que estudamos, onde passei me interessar por narrativas que abordam as transformações e interferências que acontecem durante em trajetórias das danças.

Uma disciplina em especial, me trouxe o desejo de pesquisar sobre o povo Tabajara. No terceiro período do curso, cursamos uma disciplina que se chamava: danças populares matrizes étnicas e contexto histórico, ministrada pela professora Carolina Dias Laranjeira, tínhamos que produzir um inventário pessoal. Neste inventário eu comecei a pesquisar mais sobre a minha vó, que gostava de produzir artesanato, gosto herdado pela minha mãe e também por mim. Esse primeiro momento, onde eu começava a conhecer mais o relato de vida da minha vó Maria, iniciei o interesse pela narrativa histórica de nossa gente.

Geralmente conhecemos a história selecionada por uma pequena parte da sociedade desde a época da invasão do Brasil, onde a mesma seleciona e repassa o que “devemos saber”, influências da visão eurocêntrica que é repassado ao longo do tempo, não só para nós, mas para muitos povos que tem sua história suprimida ao longo dos tempos.

Sobre o Toré, tenho me questionado como vem acontecendo esse processo cultural, que sofreu uma descontinuidade na história apresentada, como atualmente acontece a reelaboração da cultura do povo indígena Tabajara da Paraíba, passando este por vários processos de interferências em diferentes contextos sociais, históricos e religiosos.

A partir de fontes bibliográficas, observações *in loco* e entrevistas, pretendo discutir e elaborar um estudo sobre a dança do Toré indígena Tabajara da Paraíba, dançado pelo corpo do indígena que na contemporaneidade habita tanto as aldeias, como a cidade. Índio esse, que sofre influências constantemente, mas ao se unirem na dança do Toré buscam o mesmo objetivo, sua autoafirmação individual e reconhecimento da coletividade.

No primeiro capítulo “Tabajaras: do descobrimento ao ressurgimento”, faremos uma contextualização histórica, identificando o território habitado por essa comunidade, os conflitos enfrentados e sua emergência nos dias atuais.

No segundo capítulo, “Toré: arte do corpo indígena do Nordeste”, será feita uma revisão de literatura, onde nos basearemos nas fontes produzidas para darmos andamento a nossa pesquisa, buscaremos autores que discorram sobre o Toré, afinando para a dança do Toré Tabajara feita na Paraíba, observando os principais elementos que fazem parte dessa dança.

No terceiro e último capítulo, “Toré, conflitos e ressignificações”, vamos discorrer sobre a religiosidade e divergências relacionadas ao Toré praticado atualmente pelos Tabajara, identificando a corporeidade os padrões de movimento e as influências que permeiam essa manifestação.

1. TABAJARA: DO “DESCOBRIMENTO” AO RESSURGIMENTO

Para entendermos sobre a comunidade pesquisada, vamos traçar uma linha do tempo até chegar aos dias atuais, dissertando sobre as alianças e desentendimento com os indígenas potiguara⁴, sendo esse grupo muito importante na história dos Tabajara. Discorreremos ainda sobre o território habitado por esse povo, o processo de descontinuidade e a retomada dessa comunidade, que atualmente vem sendo protagonista de sua história e vem fazendo parte do movimento emergente de grupos étnicos indígenas brasileiros.

Para nos ajudar nesse registro, contaremos com a interlocução de alguns desses atores, que tem participação significativa nesse processo de reavivamento étnico e cultural, além das referências utilizadas que buscam contar sobre a crônica deste povo.

De origem tupi o nome Tabajara é definido com praticamente o mesmo significado: “senhor da aldeia”, “senhor das terras”, “senhores do rosto da terra”, é falado ainda, que *Tobá* se refere à terra da Bahia, conhecida entre os índios por rosto, “[...] e porque estes Tobaiaras senhoraram principalmente essa parte, por isso se chamam Tobaiaras: a saber, senhores da terra da Bahia (PIMENTEL apud VASCONCELOS. 2015, p.20).

Os sentidos que se dá ao nome Tabajara é sempre o de dominador, senhores de terras, como se vê ainda o sentido etimológico da palavra, “[...] originado de *taba=aldeia+jara=yara*, senhor, dono, aquele que domina [...], os Tabajara se denominam Senhores da Aldeia” (BARCELLOS *et al.* 2014, p. 28).

Em alguns registros esse mesmo povo recebe outros nomes. Como afirma Mura et al, (2015, p.19).

[...] veremos que ao longo dos séculos essa população de nativos recebeu diversas outras denominações: potiguaras, brasilianos, índios de língua geral, caboclos de língua geral, índios da jacoca, índios do Conde. Denominações que especificavam a sua condição de população indígena aldeada, aliada da colonização e objeto de diversas políticas de observação e controle (econômico, missionário e militar).

Os Tabajara eram conhecidos como um povo nômade que percorriam toda a margem do São Francisco. Não existindo apenas na Paraíba, atualmente encontramos índios Tabajara no estado da Bahia são eles: Tabajara de Maratoã, Tabajara da Paranga, Tabajara da Serra das Melancias, Tabajara de Kiteianópolis, Tabajara do Olho d’Água dos Canutos.

Não encontrei relatos, mas suponho que os Tabajara da Paraíba seriam da mesma linhagem dos outros Tabajara que encontramos no estado baiano, havendo se separado em um

⁴ Potiguara é um grupo indígena de origem Tupi, que habita a região norte da Paraíba e tem grande importância na história dos Tabajara e do Brasil.

de seus deslocamentos pelo território nordestino. Os dados mostram que no litoral da Paraíba habitavam apenas os Potiguara. “Somente em 1584, chegaram os tabajaras (também Tupi), oriundos das margens baianas do São Francisco, e ocuparam o lado direito do rio Paraíba” (PIMENTEL, 2015, p.17).

Entre idas e vindas pelo litoral nordestino houve alianças e conflitos envolvendo esse povo ou fazendo-se eles protagonistas dessas situações. Conforme Farias;

O território tradicional dos indígenas Tabajara, que se localiza na região do litoral sul paraibano, é formado pelos municípios de Conde, Alhandra, Caaporã e Pitimbu, entre o estado de Pernambuco e a capital da Paraíba, João Pessoa. Pela posse desse território, desde o século XVI, a história tem registrado muitas lutas entre indígenas e brancos, portugueses, franceses e holandeses, que guerreavam entre si pela posse da costa nordestina brasileira. (2015, p.75).

A história registrada em livros conta que os Tabajara, chegaram a essa região (entre Paraíba e Pernambuco) no século XVI inicialmente fazendo alianças com os Potiguara. Os Tabajara eram liderados por Piragibe conhecido como Braço de peixe. De acordo com Pimentel (2015, p.22).

A chegada de Piragibe à Paraíba ocorreu no momento, em que os potiguaras opunham a mais forte resistência aos colonizadores, fato que contribuiu para o entendimento entre as duas tribos, dividindo-se o território que cada um deveria ocupar: os potiguaras permaneciam onde estavam – a margem esquerda do rio Paraíba desde a foz aos sertões de Copaoba e ao Norte até além do Potengi – e os tabajaras ocupariam a margem direita, com liberdade para espalharem-se em direção ao Sul, até Itamaracá ou Pernambuco.

Entretanto, nas últimas décadas do século XVI a conquista da Paraíba foi marcada por guerras entre indígenas e brancos e também entre os próprios indígenas colocando como inimigos Tabajara e Potiguara.

Neste momento, eu gostaria de abrir um grande parêntese, para falar sobre o reconto que causou a rivalidade entre os Potiguara e os Tabajara, tendo em vista que tal desentendimento ocasionou, novos rumos para a história da Paraíba.

1.1 Uma história de conflitos

Tão apresentada nos livros de história da Paraíba, a “traição” entre os dois grupos indígenas Tabajara e Potiguara se deu, durante a expedição de Martim Leitão que tentando conquistar a Paraíba, ofereceu uma aliança com os Tabajara. Guerras anteriores entre portugueses e Tabajara antes de chegarem a Paraíba haviam acontecido.

Para propor a Piragibe, chefe dos Tabajara uma reconciliação, Martim Leitão enviou aos Tabajara o padre Jerônimo Machado, o qual foi encarregado de informar que, se os Tabajara abandonassem os Potiguara, a morte de mais de cem homens em uma guerra anterior contra os portugueses, seria esquecida.

Ao meio dia, vieram ao encontro de Martim Leitão três embaixadores de Piragibe. As conversações no entanto fracassaram, talvez pela presença de vários potiguaras entre os tabajaras, ou pelo temor destes de vingança por parte dos portugueses em virtude dos acontecimentos da margem do São Francisco que os fizera emigrar para a Paraíba. O chefe tabajara ameaçou executar os reféns portugueses que com ele se encontravam e logo que estes chegaram ao acampamento e os embaixadores retornaram a tribo, os índios voltaram as hostilidades (PIMENTEL. 2015, p.65).

Não tendo sucesso na proposta de conciliação feita aos Tabajara, os portugueses continuaram dando sequência as investidas em conquistar a Paraíba, guerreando com esse grupo que se encontrava na divisa entre Paraíba e Pernambuco.

Entretanto, sabemos que a comunicação naquela época levava dias, ou até meses para acontecer, dependendo da distância a ser percorrida. Então, houve que, mesmo os Tabajara não aceitando o acordo, a informação da oferta feita pelos portugueses, foi levada aos Potiguara, por índios dessa etnia que se encontravam com Piragibe na ocasião, como afirma Pimentel, (2015, p. 66)

A notícia da proposta de paz feita pelos portugueses aos tabajaras já havia chegado ao conhecimento dos potiguaras, levadas por alguns índios dessa tribo que se encontravam com Piragibe em Tibiri, acusando-o de traição. Aturdidos com a aproximação vindo de Olinda e a suposta traição de Piragibe, os gentios deliberam mandar espionar a tropa que se aproximava. Também decidiram vingar-se dos tabajaras pela traição de que haviam sido vítimas.

Pensando que seriam traídos, os Potiguara atacaram os Tabajara, então, os portugueses sabendo do desentendimento das tribos ofereceram novamente apoio aos Tabajara, que posteriormente aceitaram.

Esse desentendimento e toda essa confusão ocasionaram a desunião dos grupos indígenas. Então, os Tabajara pediram ajuda aos portugueses, aliando-se a eles e os ajudando a conquistar as terras paraibanas.

No período colonial não só na Paraíba, mas em todo Brasil, principalmente as regiões litorâneas que foram as primeiras a ser invadidas, passaram a receber uma serie de interferências no território, na cultura, e na crença dos povos originários que se aliavam, ou lutavam contra os invasores portugueses.

Após as guerras pela conquista da Paraíba, foi concedido aos índios Tabajara, as terras da sesmaria (hoje é o município do Conde localizado no litoral sul da Paraíba), que foi concedida no governo de João Rabello de Lima em 1614.

Vale ressaltar que antes da chegada dos portugueses a área habitada pelos Tabajara era imensamente maior, como vimos anteriormente. Entretanto com a chegada dos portugueses iniciaria os aldeamentos.

Neste período colonial a igreja católica através de seus missionários, serviam ao império como aliados no controle e na observação das comunidades indígenas.

Os aldeamentos indígenas do período colonial foram criados com a finalidade de formar cordões defensivos em áreas de fronteiras e concentrar e treinar mão de obra para os engenhos, o corte de madeiras, as obras públicas e a produção de alimentos. (MURA et al. 2015, p.19)

Levados para a capital da Paraíba, inicialmente chamada de Frederica, no período holandês, os índios (nome dado pelos colonizadores para denominar os diferentes povos originários do Brasil) que trabalhavam em suas lavouras de mantimentos, agora eram obrigados a trabalhar para os colonizadores, nas fortificações e edificação das cidades. Os indígenas resistiam ao trabalho na edificação das cidades, o que causou o envio dessa população para novas aldeias.

Os aldeamentos, no período colonial, funcionavam também como uma forma de controle para a administração da colônia, que mudava e até misturava diferentes aldeias de acordo com a lógica de administração.

Após o período holandês os aldeamentos da Zona da Mata foram reduzidos à seis, guarnecendo três regiões específicas; os vales dos rios Grammamme e Abiaí ao sul (aldeias de Aratagui e Jacoca); o vale do rio Paraíba, no centro (aldeias de Utinga e Pilar); e o vale do rio Mamanguape ao norte (aldeias de São Miguel e da Preguiça). Enquanto a produção açucareira concentrava-se no vale do rio Paraíba, os cronistas holandeses vão relatar a ocupação do vale do Mamanguape com currais de gado, e os pequenos vales do Gramame e Abiaí dedicados a produção de mandioca e alguns engenhos. (MURA et al. 2015, p.20).

A presença dos Tabajara, se mantinha na região sul da capitania Frederica (hoje estado da Paraíba) e mesmo sendo aldeados, o território não era de uso exclusivo dos indígenas que habitavam na região, o interesse dos brancos em explorar as terras era permitido e incentivado pelos senhores desse distrito.

Nesta época, o modo de sobrevivência dos indígenas era permitido. Enquanto os índios exploravam seus territórios com a caça, a pesca e a agricultura para consumo familiar, os senhoriais exploravam suas extensas terras para a comercialização da cana-de-açúcar.

Quando os aldeamentos de Alhandra, Conde, Rio Tinto e Baía da Traição passam a ser Vilas, os indígenas, mesmo sendo esses “livres”, continuavam sendo controlados pelos administradores que eram ligados à Portugal. É justamente em uma dessas vilas (vila de São Miguel, localizada na Baía da Traição) que minha vó iria passar muitos anos da sua vida tempos depois.

Nesse período em que os aldeamentos são transformados em vilas, muito já havia sido imposto culturalmente aos indígenas, os nomes das aldeias recebiam nomes portugueses, não era permitido o uso de aguardente, produto consumido pelos indígenas, assim como o uso da jurema⁵ definitivamente havia sido proibido, pois de acordo com os portugueses, não tinha serventia e não fazia parte dos bons costumes.

No século XIX existia uma articulação do império, para que houvesse uma mistura racial entre indígenas e brancos, o incentivo era para que houvesse uma mestiçagem. Podemos imaginar que esse acontecimento teve um grande impacto nos costumes indígenas e na sua cultura como um todo. A intenção de misturar indígenas com brancos partia, sobretudo, de um interesse fundiário.

Posteriormente, inseridos na civilização, os indígenas tinham suas terras defraudadas e iam perdendo seus benefícios legais.

Dos antigos aldeamentos, começa a surgir um capesiano indígena constantemente ameaçado pelas pressões patronais e de particulares. O esbulho das terras indígenas estava impedindo até mesmo a sobrevivência daquela população. Vários atores sociais, como legisladores, políticos, polícia, barões, vão se apoderando das terras dos potiguara e tabajara de forma lícita e ilícita, através de “compra”, do arrendamento ou tomando-as a ferro e fogo. (BARCELLOS; et al. 2014, p.18)

Em 1758 os aldeamentos passam a ser vilas de índios e povoações, determinação consolidada pelo Diretório dos Índios, estabelecido pelo Marques de Pombal. Nas vilas era determinada uma quantidade de moradores, para atingir essa quantidade algumas aldeias eram obrigadas a se juntar nessas vilas que passavam a receber nomes portugueses. As duas Sesmarias⁶, Potiguara e Tabajara seriam demarcadas, mas apenas a Sesmaria Tabajara (Jacoca

⁵ Jurema é uma planta da família das leguminosas, suas partes podem ser usadas para fazer uma bebida do mesmo nome, tal bebida é usada por diversas etnias indígenas durante rituais religiosos.

⁶ Sesmaria foi um sistema de distribuição de terras, adotado pela coroa portuguesa no Brasil, durante o período Colonial.

e Araguati) foram medidas e demarcadas. Com a morte do engenheiro responsável pela medição, não houve demarcação no território Potiguara.

Esse acontecimento foi negativo para os Tabajara, que tiveram suas terras divididas e cada vez mais se separavam da coletividade sendo obrigados a se misturar com a sociedade. Já os potiguara continuavam ocupando seu território sem separação, conseguiram seu modo de vida. “O interesse pelas terras dos aldeamentos de índios vai crescer e os grupos de proprietários de terras e políticos pressionarão cada vez mais pelo fim dos direitos dos índios [...]”(MURA et al. 2015, p.32).

O território começava a ser invadido pela burguesia e até mesmo pela plebe da época, cada vez mais e de diversas formas o território era tomado. Segundo Mura *et al*,

Assim, as elites locais utilizaram-se de diversos meios para garantir a ocupação daquelas terras que haviam sido doadas ao patrimônio das aldeias. Os aforamentos, arrendamentos, invasões e expulsões de índios serão cada vez mais intensos. São fazendas, engenhos e até colônias de retirantes da seca que se instalaram nas terras das aldeias dos índios. (2015, p.32).

No princípio do século XX chegou à Paraíba uma grande companhia de tecidos que teria grande contribuição para o quase extermínio da etnia indígena Tabajara na Paraíba. A Companhia de Tecidos Rio Tinto – CTRT aumentou ainda mais, a usurpação nas terras indígenas da região norte e principalmente da região sul da Paraíba.

Os suecos compraram as terras do engenho preguiça (hoje atual cidade de Rio tinto) e posteriormente vieram para o litoral sul, da mesma maneira que foram invadidas as terras indígenas em Rio Tinto, também foi no litoral sul onde ainda haviam Tabajara.

Com muita violência foram tratados pelos Lundgren os Potiguara e, principalmente, os Tabajara. “Nesse tempo de terror, são muitas as lembranças de tortura e de execuções sumárias praticadas pelos vigias, capatazes do coronel Frederico Lundgren” (Barcellos et al. 2014, p. 19).

No início do século XX, é criado o Serviço de Proteção ao Índio- SPI que tentava diminuir a prática de grilagem sobre as terras indígenas. Mesmo com o Serviço de Proteção ao Índio em funcionamento, a expulsão dos índios de seu próprio território era constante as terras mais invadidas foram as de Monte-Mor (Rio Tinto) e Jacoca (município do Conde). Essa época ficou conhecida como “Tempo da Amorosa” . “[...] A maior parte das terras indígenas de Monte-Mor e da Jacoca foram apoderadas por essa oligarquia” (BARCELLOS et al. 2014, p. 19).

O declínio da Companhia de Tecidos Rio Tinto, se deu na década de 70, época em que o governo federal apoiava usineiros através do Programa Nacional do Alcool, as “terras da CTRT” foram repassadas a esses usineiros de cana-de-açúcar, que davam continuidade ao massacre sofrido pelos habitantes que ainda resistiram ao período da CTRT. Conforme Barcellos *et al.* (2014, p. 20)

Os usineiros desmataram as áreas de terras agricultáveis, expulsaram os remanescentes arrendatários, foreiros e agricultores (indígenas e não indígenas) que sobreviveram as pressões da CTRT, mudando todo o cenário geográfico, num imenso *mar de cana.*).

Tendo seu território ameaçado, os indígenas precisaram buscar outros meios de sobrevivência, muitos que insistiam em permanecer no território, trabalhavam em fazendas, outros, fugiam para outras cidades e estados para sobreviver.

A separação dos Tabajara a partir desse momento histórico, me faz lembrar um discurso do cacique Ednaldo Tabajara ao falar sobre a necessidade da união do povo. Para recepcionar uma nova família que estava chegando para morar na aldeia Vitória e para falar da importância da cultura para o povo, foi feita uma reunião no dia 21 de julho de 2018, estavam presentes todos os moradores da aldeia Vitória, eu que venho frequentando a aldeia a algum tempo, participei da reunião.

Ednaldo, para falar da necessidade do povo permanecer unido, falou sobre o cocar, os mais velhos diziam que o cocar significa união, “[...]nossos mais velhos falava que nós tínhamos que andar todo mundo junto, o cordão significa o caminho, a pena significa a gente e andar junto significa coletividade, porque mesmo que o vento venha, ele balança mas não cai [...]”. (CACIQUE EDNALDO, jul. 2018).



Figura 01: Cocar indígena Tabajara.

Fonte: RESENDE. Aldeia Vitória

O indígenas Tabajara da Paraíba, passaram a se reorganizar para reconhecimento e afirmação étnica a partir do ano 2006, Barcellos *et al* afirma,

Esse povo está presente nos anais da história brasileira até o século XIX, quando cessaram os registros historiográficos sobre esses indígenas, levando muitos acreditar na completa extinção da etnia na Paraíba. Devido às perseguições, as opressões e aos preconceitos, os Tabajaras ficaram silenciados no último século. (2014, p.28)

O ressurgimento do povo Tabajara se dá através de uma profecia contada pelos antigos e tomada por Ednaldo Santos da Silva (cacique Tabajara). Reconquistar o território anteriormente habitado pelos Tabajara, reunir seu povo foi a missão que Ednaldo tomou para si, juntamente com o empenho do, Cacique Carlinhos Tabajara e Paulo Tabajara (conselheiro) essa comunidade a partir de então vem se reconstituindo



Figura 02: Lideranças Tabajara: Paulo Maciel (Conselheiro), Cacique Carlinhos e Cacique Ednaldo
 Fonte: SOUZA, 2018.

Inicia-se, então, um processo de reconhecimento, através de memórias dos mais antigos, a partir da prática do Toré sinal diacrítico reconhecido pelas comunidades indígenas do nordeste, com o suporte de órgãos indigenistas e de assuntos indígenas como a Fundação Nacional do Índio- FUNAI (que foi criada para substituir a SPI) e outros órgãos que reconheceriam a indianidade desse grupo. Sobre o reconhecimento indígena no Brasil temos dois momentos. O primeiro momento de acordo com Lima (2016, p. 23);

O Estatuto do Índio, elaborado durante o período da ditadura militar com ideais de tutela e assimilação, adota duas teorias sobre identidade: o auto reconhecimento, que determina que o próprio indivíduo se reconheça como pertencente a uma identidade; e o heterorreconhecimento, em que um grupo externo identifica o indivíduo como tendo um determinada identidade.

O segundo momento se faz com a constituição de 1988 “[...] A nova ordem democrática estabeleceu que as comunidades indígenas por completo eram sujeitos coletivos e de direitos coletivos[...]” (LIMA, 2016, p. 28). A partir de então houve um processo de ressurgimento das comunidades indígenas principalmente na região nordeste.

Nesse processo de reconhecimento do povo Tabajara inicia-se também o processo de revitalização e da cultura assim como do Toré. A prática do Toré não foi completamente aceita por algumas pessoas mais velhas do atual grupo indígena tabajara. Há um incomodo, pois o Toré iria contra os princípios da religião praticada atualmente, sendo a maioria evangélica pentecostal. Ainda assim, houve o processo de reelaboração do Toré como parte essencial para reavivamento de suas tradições indígenas.

Juntamente com a memória dos mais antigos para reconstruir a cultura Tabajara houve a contribuição dos indígenas Potiguara da Paraíba. Reelaborar a pintura, as músicas, os costumes reorganizar-se de forma a criar e ressignificar tais costumes trás uma serie de questões que cercam a recente reorganização desse povo, e a realização do Toré é apenas uma dessas questões.

2. TORÉ: ARTE DO CORPO INDÍGENA DO NORDESTE

O Toré permeia a cultura de diferentes grupos étnicos indígenas da região nordeste do Brasil, pode ser visto como “rito”, “religião”, “brincadeira” e “dança”. Nos últimos anos houve um aumento significativo de estudos sobre assuntos indígenas no Brasil.

Os crescentes estudos se dão a partir de novos cursos universitários, que abrangem um campo etnológico e linhas de pesquisas de temática étnico racial e social, assim como a crescente presença de estudantes indígenas nas universidades de todo país, oportunizada pela escolarização de crianças, jovens e adultos em terras indígenas, e devido à políticas públicas que auxiliam na permanência de indígenas nas universidades.

Apesar de existirem auxílios que ajudam na permanência dos indígenas nas universidades, muitas vezes essa assistência não é o suficiente para que essas pessoas que tem uma cultura totalmente diferenciada, sejam incluídas e respeitadas no universo acadêmico.

Entretanto, a maioria dos indígenas que conseguem permanecer em cursos superiores busca não apenas para si, mas para sua comunidade, formas de contribuir com a permanência da cultura e a melhoria da vida dentro de suas aldeias.

Atualmente, temos em todo Brasil indígenas de várias etnias formados em diversas áreas, e outros se formando. Na Paraíba, temos dois povos indígenas reconhecidos, os índios Tabajara e o os índios Potiguara. No ensino superior temos apenas cinco indígenas Tabajara estudando em universidades, a expectativa é de que esse número seja crescente nos próximos anos.

Não apenas os indígenas porque estes, de uns anos pra cá é que começaram a escrever literalmente sua própria história, mas, um grupo que se interessa pela causa indígena ou indigenista, tem contribuído com produções que ressaltam a existência e resistência dos índios do Brasil, são pesquisadores que tem contribuído e afirmado diante da sociedade, a diversidade existente de povos, cada um com sua crença, sua cultura, sua organização.

Dentre os estudos produzidos nos últimos anos, a cultura é colocada em pauta e quando se trata do índio do nordeste, diversos trabalhos discorrem sobre o Toré. Para a fundamentação sobre os materiais produzidos, vamos nos basear nos autores FARIAS; BARCELLOS. (2015); MURA et al. (2015); BARCELLOS et al. (2014); GRUNEWALD. (2005); OLIVEIRA JUNIOR. (1998); CASCUDO (2010) e ALBUQUERQUE. (2011) entre outros que vem produzindo uma vasta gama de materiais que alimentam essa área de pesquisa.

Por ter tido sua história suprimida durante mais de cem anos, os Tabajaras da Paraíba precariamente aparecem nas narrativas históricas literárias. Nesses estudos, o contato mais intimista de pesquisadores com as populações indígenas, permitem o acesso a uma qualidade melhor de informações sobre suas tradições, suas memórias e sua cultura.

As pesquisas que incluem a temática do Toré, geralmente não têm como foco apenas esse objeto de estudo, ou apenas a dança como pauta. Frequentemente, o Toré vem incorporado nas pesquisas etnológicas, como uma parte do estudo e aparece em diferentes abordagens da cultura indígena, seja ligado a religiosidade, ao ritual sagrado ligado a bebida jurema, aparece ainda, como uma dança feita em comunidade de quilombolas e até mesmo como variante do catimbó.

Servido ao fato do Toré ser encontrado no fazer de diferentes grupos de índios do nordeste, “[...] a referência ao toré como manifestação indígena é invariavelmente recorrente na etnologia nordestina desde os relatos de Carlos Estevão de Oliveira (1942), Estevão Pinto (1956) ou Hohenthal Jr. (1954 e 1960)” (GRÜNEWALD. 2005, p.16).

Em registros oficiais entre 1920-1930 apenas os Fulniô, os Potiguara e os Pankararu são as etnias indígenas que apareciam como presentes na região nordeste. Por isso, há uma maior produção de materiais escritos, e registrado em vídeo, sobre esses povos. Entretanto, a partir de 2005 já se encontravam mais de quarenta povos com sua indianidade reconhecida sendo estes, segundo GRÜNEWALD;

Alagoas: Jeripakó, Kalankó, Karapotó, Kariri-Xocó, Karuazu, Katokim, Koiupanká, Tingi-Botó, Wassu, Xukuru-Kariri. **Bahia:** Atikum, Kaimbé, Kantarué, Kiriri-Pankararé, Pankaru, Pataxó, Pataxó-Hã-Hã-Hãe, (Subgrupos Kamakã, Baenã, Kariri-Sapuyá, Índios de Olivença), Tambalalá, Tupinambá de Belmote, Potiguara da Viração, Tabajara de Maratoã, Tabajara da Paranga, Tabajara da Serra das Melancias, Tabajara de Kiteianópolis, Tabajara do Olho d’Água dos Canutos, Tapeba e Tremembé. **Paraíba:** Potiguara. **Pernambuco:** Atikum- Umã, Funiô, Kambiwá, Kainauá, Pankará, Pankararu, Pipipã, Truká, Tuxá, Xukuru. **Sergipe:** Xocó. (2005, p.34).

Não consta, se todas essas comunidades citadas, reconhecidas como indígenas, têm o Toré como parte de sua cultura.

No livro, Toré Regime Encantado do índio do Nordeste, organizado por Rodrigo de Azevedo Grünwald, não são citados os indígenas Tabajara da Paraíba, que iniciaram o processo de reconhecimento étnico um ano depois da publicação (ano de 2005) do livro.

Entretanto, como o Toré tornou-se um sinal diacrítico da região nordeste, no processo de reconhecimento de indianidade, com isso cresceu proporcionalmente com as comunidades reconhecidas.

Atualmente, segundo dados da Fundação Nacional do Índio - FUNAI a região nordeste soma 25,5% da população indígena nacional havendo comunidades indígenas de diferentes etnias nos estados da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Piauí e Rio grande do Norte.

A pluralidade de danças encontradas em diferentes povos indígenas do nordeste é um tanto extensa. Nessa pesquisa vamos explorar o que a literatura vem registrando a respeito do Toré, nos detendo a abordagens existentes sobre o Toré, que vem delineando a dança que atravessa a cultura indígena do nordeste, assim como, a cultura dos indígenas Tabajara da Paraíba.

No livro “Dicionário do folclore brasileiro” escrito por Câmara Cascudo, o Toré além de aparecer como buzina indígena, flauta, “[...]significa também uma dança indígena, ainda em voga em princípios do sec. XX entre os mestiços indígenas de Cimbres. A dança era Cantada.” (2005, p.691) A dança também é dançada por negros quilombolas em Alagoas no Alto dos quilombos, e não tinha ligação com ritual, mas encontrou ainda em Alagoas o Toré como uma variante do catimbó.

Mesmo discorrendo pouco sobre o Toré praticado no quilombo em Alagoas e do torém (dança também de origem indígena praticada em Almofoada, município de Acaraú no estado do Ceará) Câmara Cascudo descreve como acontece essas duas danças, os instrumentos usados e os trajes, cada dança com suas diferenças, mesmo tendo como ponto de partida a tradição indígena, ou poderíamos dizer as tradições indígenas.

Oliveira Junior em “Torém: Brincadeira dos índios velhos, discorre sobre a dança do Torém dos índios Tremembé de Almofoada no estado do Ceará, esta dança que está inserida nas manifestações culturais dos índios Tremembé, teve seus registros iniciais no início no século XIX, mas precisamente em 1892. A semelhança que existe com o Toré dos Tabajaras assim como tantos outros Toré praticado por indígenas do nordeste, é a descontinuidade da prática cultural e a retomada para comprovação étnica mediante a FUNAI e outros órgãos responsáveis que comandam assuntos indígenas.

Grunewald juntamente com outros autores em “Toré: Regime Encantado do índio do Nordeste”, apresenta as várias incertezas e explicações sobre o Toré inserido na vivência de diferentes povos do nordeste.

Aparece nessa narrativa o Toré que se relaciona ao ritual da jurema realizada pelos Truká localizados em Pernambuco; ainda em Pernambuco é apresentado o Toré dos Xukuru discorrendo sobre sua estrutura dançada, os instrumentos e adereços utilizados, assim como a performance em festas e a simbologia do Toré praticado pelos Xukuru. Vemos nesse trabalho sobre o Toré Kiriri, o Toré dos Kambiwá e os Pipipã, o Toré dos Kariri-Xocó, Toré dos Kapinawá da Mina Grande, o Toré dos Pankararu, Toré dos Tumbalalá e o Toré dos Potiguara, esse último tem grande aproximação com os Tabajara devido as alianças e toda a história compartilhada entre esses povos.

Acredito que, “Toré: Regime Encantado do índio do Nordeste” seja a mais completa reunião de informações sobre diversos povos indígenas que praticam o Toré, referenciados no mesmo livro, apesar de não aparecer o Toré praticado pelos Tabajara, percebo algumas similaridades quanto a história que leva a prática ou reelaboração, assim como algumas estruturas realizadas no Toré de outros povos que são citados no livro.

Sobre os Xukuru, anualmente existe um Conferência, em que são convidados para participar, diversos outros povos indígenas, incluindo os Tabajaras que se fazem presentes na assembleia sempre que acontece, além de ser um momento de festa, e também um período onde se discute políticas, é principalmente um período de reafirmação cultural.

Entre os Kambiwá foi observado o Toré realizado como ritual, mas sem a utilização da jurema no ritual. Assim como no Toré Kambiwá no Toré Tabajara, atualmente não se faz o uso da jurema, entretanto, os Tabajara mais velhos falam que antigamente se usava algumas plantas inclusive a Jurema para práticas os rituais do Toré.

Apesar de várias comunidades de diferentes etnias praticar o Toré e as vezes ter algumas similaridades quanto aos instrumentos usados, a exemplo do maracá que encontramos em várias narrativas sendo utilizado em diversas manifestações do Toré, também a estrutura como se organiza a dança, vendo que muitas vezes é usado o formato circular, cada Toré tem suas especificidades, sua simbologia diante daqueles que praticam.

Ainda nesse trabalho organizado por Grunewald é observado as modalidades, performance e diferentes significações do Toré realizado pelos Xocó de Sergipe e pelos Kariri-Xocó de Alagoas. “O toré é uma forma de dança e cânticos que estas comunidades apresentam tanto como uma *performance* religiosa como folguedo, ou “brincadeira”. (GRUNEWALD.2005, p. 173).

As histórias do índios do nordeste parecem se “cruzar”, assim como os Tabajara, os Xocó e Kariri –Xocó após um período de dispersão reúnem-se para reivindicar as terras

ancestrais, inserindo o Toré como poderosa ferramenta cultural, de reelaboração e re-significação de sua cultura.

Dos nossos parentes⁷ mais próximos, os Potiguara, as narrativas escritas sobre a cultura iniciam em 1913, entretanto, apenas em 1938 com a Missão de Pesquisas Folclóricas comandados por Mário de Andrade é que vai se ter uma visão de como acontece o Toré realizado pelos Potiguara. A partir daí outras escritas nos ajudam a compreender sobre essa manifestação da cultura ancestral Potiguara.

O Toré Potiguara, assim como o de outras comunidades passou por interferências religiosas iniciando durante o período de colonização, mas ainda assim mantiveram a ligação com os seres espirituais que povoam as matas. A reelaboração cultural é dinâmica e os Potiguara também precisaram se “adequar” ao mundo colonial, utilizando de vários recursos para resguardar suas tradições. Os Potiguara têm no Toré a resistência de sua afirmação étnica, usando a dança e o ritual como fronteira que diferencia este povo da população local.

Diferente dos Tabajara que foram expulsos de suas terras, apesar da diminuição territorial devido as invasões e tomada de terras, os Potiguara desde 1501, não saíram de seu território, o que possibilitou a manutenção de suas tradições, mesmo que fosse preciso realizar os rituais secretamente. Durante o período de catequização, a não separação desse povo assegurou o repasse da transmissão das tradições entre eles.

Ainda nessa obra, é falado sobre o Torécoco dos Kapinawá da Mina Grande de Pernambuco que trazem para o universo religioso da igrejas tradições e motivos indígenas “Na igreja se cantam as ladainhas, rezas e benditos, mas passou-se a tocar tudo com maracá. E com o maracá em mãos, também o toré e o samba de coco permitiam que o universo da jurema integrasse o espaço da igreja” (Grünwald, 2005, p. 265).

Podemos observar um comportamento diferente quanto a aceitação, a prática cultural dos índios, ao menos entre a representação da igreja católica aos Kapinawá da Mina Grande, que introduzem nas práticas religiosas cristãs, elementos culturais “próprios”.

Observando as complexidades existentes nesses rituais e nessas danças, não pretendo esmiuçar cada Toré dos diferentes povos abordados, o que mesmo utilizando de uma vida inteira, não daria para fazer. O almejado nesse capítulo é observar os estudos que vem sendo feito sobre o Toré, a partir da cultura de diferentes povos, e os atravessamentos que estes vários

⁷ Os povos indígenas, tanto do nordeste como de outras regiões do Brasil se dirigem a outros indígenas utilizando a palavra “parente”, é uma forma de consideração e reconhecimento, mesmo sendo de etnias diferentes.

Toré, fazem com o Toré praticado pelos Tabajara assim como, o ponto de partida que ressurgiu essa prática.

Turé, Toré, Torém, Toré de brincadeira, toré de búzios, toré de caboclo são alguns nomes que aparecem durante a pesquisa e estão sempre relacionados ao fazer tradicional cultural do índio do nordeste.

Mas o que tem em comum, todos esses povos que tem o Toré como um “ponto de ligação”? A batalha muitas vezes sangrenta pela questão da tomada das terras, que para o índio é sinônimo de casa, ancestralidade, família e de sobrevivência, pode-se dizer que é o ponto chave, já que todos esses grupos passaram por opressões e tiveram seus territórios assediados.

Ao retornar a esses territórios os indígenas precisaram e precisam provar a sociedade sua diferença étnica, já que para a atual sociedade brasileira, o índio (ainda estereotipado), não convence apenas com a afirmação de pertencimento étnico, é cobrado culturalmente, cultura essa, que muitas vezes está viva apenas na memória dos mais antigos, e precisa ser reavivada, já que a própria sociedade formada durante vários períodos, fez questão de apagar. “Transformado em *performance* durante os processos de reafirmação étnica dos povos indígenas nordestinos, na década de 1970, o toré se difundiu como prática cultural distintiva em, ao menos seis Estados brasileiros” (GRUNEWALD. 2005, p.156).

Esses grupos veem no Toré, um recomeço para a ascensão cultural e em comunidade, apesar de ser uma exigência, um sinal diacrítico para provar ser índio. Observando a necessidade de permanência e a conquista do território para enraizar-se onde lhes pertence o Toré é praticado por grande parte dos grupos indígenas do nordeste não apenas como uma exigência, mas como um recomeço, que leva a uma ligação aos antepassados que torna um elemento de força e resistência para a causa indígena.

Com a reorganização dos Tabajara na Paraíba a partir de 2006, surge novos autores que se interessam sobre a história dos Tabajara, que iniciam uma luta em relação à retomada das terras e a busca diante do reconhecimento étnico, a partir daí se busca compreender, de que forma passa a se organizar esse grupo diante dessa ressurgência étnica.

A partir de 2012 novas escritas sobre os Tabajara começam a surgir. Não muito diferente de outros povos, os Tabajara durante seu ressurgimento e suas reivindicações reelaboraram o Toré, se utilizando desse fazer artístico, étnico e cultural, para se mostrar vivo como coletividade e reconquistar seu espaço e território.

Farias; Barcellos em 2015, descrevem na obra “Memória Tabajara: Manifestação de Fé e Identidade étnica”, a historicidade e a retomada dos Tabajaras para suas terras, percorrendo sobre sua forma de se organizar atualmente, modos de sobrevivência, e tem principalmente

como foco, sua religiosidade e cultura, inserida nesse contexto está a reelaboração do Toré diante de fatores atuais, que atingem diretamente a realização do ritual e da prática da dança do Toré.

Tenho como uma das principais referências esta obra, visto que a proposta de análise da dança do Toré, desencadeia um vasto questionamento sobre a cosmologia em relação a esta dança, também vista como um ritual, me respaldo nessa pesquisa feita por Farias e Barcellos para analisar as possíveis interferências da religião cristã pentecostal, atualmente praticada por grande parte dos indígenas Tabajara.

A partir dessa ressurgência de indígenas no litoral sul da Paraíba, órgãos como a FUNAI entram em cena para reconhecimento, e estudos sobre a população e o território.

Em 2009, um grupo de antropólogos enviados pela FUNAI iniciou um levantamento sobre a ocupação dos Tabajaras no litoral sul da Paraíba, a conclusão desse estudo se transforma em mais um livro “Relatório Tabajara: Um estudo sobre a ocupação indígena no Litoral Sul da Paraíba” de Mura et al, ou seja, mais um registro de afirmação da existência deste povo, que até então havia sido silenciado por mais de um século.

Nessa obra encontramos relatos históricos sobre os Tabajaras, as etapas do trabalho que foi organizado, o território estudado e diagramas de parentesco. Dentre essas etapas não houve como separar uma pesquisa sobre o grupo étnico em questão, o que gerou um importante material científico, tendo em vista que a antropologia tem colaborado com produções que também discorre sobre a cultura de diferentes povos.

Essa produção nos ajuda a compreender e nos alimenta com mais uma referência sobre os Tabajara, tendo em vista a escassez de material escrito e publicado sobre esta comunidade. Nesta obra é descrito a realização do Toré, associado a utilização da Jurema quando se refere ao Toré de Caboclo da cidade de Alhandra na Paraíba, e a cosmologia se referindo a prática do Toré e o catimbó. Nas práticas de catimbó desse território eram cantadas os cânticos do Toré e também algumas pessoas utilizavam a jurema durante as atividades religiosas.

Outras produções passam a surgir com participação direta dos interlocutores, nos livros Povos Indígenas da Paraíba e Diversidade Paraíba houve a colaboração do Cacique Ednaldo Santos que ajudou na escrita, mostrando desde os enfrentamentos para reconhecimento étnico, como para recuperação do território (que apesar de todo esforço, e estudo feito por antropólogos, ainda não está demarcado oficialmente) e também a atual forma que vem se organizando essa população, assim como sua cultura.

Etnicamente diferenciado, os Tabajara passam por um processo de reelaboração e ressignificação cultural e têm buscado seus direitos, fazendo do Toré um importante elemento cultural para reivindicação territorial, ações políticas e de afirmação étnica.

Entretanto, em todas essas produções, apesar das observações feitas quanto à dança do Toré realizada nesses grupos, que é o nosso foco principal nesse estudo, não obtivemos informações além de elementos utilizados, músicas, organização espacial e principalmente a relação cosmológica do Toré. Nos interessamos para além disso, dos agentes participantes na dança, qual corporalidade é percebida a partir de possíveis vivências dos participantes do Toré. Quais signos trazem, tendo os Tabajaras se separado por muitos anos, esperamos perceber quais padrões corporais surgem durante a realização da dança.

2.1 *Oré* Tabajara: Dançando a identidade

No Toré Tabajara, uma série de elementos tem um importante papel e dão sentido ao ritual. As pinturas usadas são as pinturas preta e vermelha, feitas com o jenipapo e urucum servem como proteção para o corpo. São diversos os traços que são desenhados no braço, na perna, nas costas, no rosto. Os desenhos seguem traçados inspirado na natureza como a pena, o traçado da pele de cobra e da raiz cada uma tem um significado. Novas pinturas vão sendo inventadas a partir das criações inspiradas nesse novo contexto.



Figura 03: Saiote de palha de embira sendo usado durante apresentação do Toré.
Fonte: LOCKS, Carlos. 2017.

No Toré, homens, mulheres e crianças usam saio de palha de embira (casca de uma árvore nativa chamada jangada), por baixo dessa saia usam roupas como short ou saia e a parte de cima pode ser uma blusa, camiseta ou biquíni, os homens usam bermudas ou sunga por baixo das saias de embira. Os saioes são produzidos pelos próprios indígenas do grupo, cocar de penas também são usados pelos homens, mulheres e crianças, muitas mulheres usam tiaras e brincos de penas de aves domésticas ou silvestres, as penas mais raras como a de arara, geralmente não são da região nordeste e são conseguidas em intercâmbios entre povos indígenas.

Atualmente entre os Tabajara tem crescido muito a produção de artesanatos (brincos, pulseiras, braceletes) de sementes, de penas, conchas do mar, madeira, ossos, que também são usados para se caracterizar durante ritual do Toré, também são feitos objetos para decoração das casas, como filtro dos sonhos e esculturas em coco e também objetos para serventia doméstica tais como cestarias e samburá.

Os instrumentos usados nas músicas são, o bombo, o tambor, a caixa e o maracá, esses instrumentos ficam no meio da roda com os tocadores e puxadores do Toré. Os instrumentos ditam o ritmo marcando o pulso da batida mais forte e o compasso da música, quem dança também pode acompanhar o ritmo com seu próprio maracá na mão, seguindo o cacique nos momentos em que ele balança o maracá, no início, durante e no término de cada Toré.

O ritual, a dança e a música são chamados de Toré. As letras das músicas remetem o dia a dia dos índios, fatos que acontecem nas matas, na natureza, ouvimos letras de Toré falando dos enfrentamentos políticos, assim como podemos observar músicas com letras ligadas a religião, principalmente ao catolicismo, mas também não deixando de lado as divindades indígenas.

Para os Tabajaras “Tupã” é o mesmo Deus profetizado no cristianismo, ao cantar o Toré é estabelecido um ato uma adoração, um estado de ligação com o sagrado. Em um dos dias em que estive na aldeia de Barra de Gramame para fazer uma entrevista, Calinhos aguardava um grupo de uma escola que iria conhecer a aldeia e a cultura Tabajara. Estávamos em baixo da oca sentados, eu, José Ribamar meu companheiro, que sempre me acompanhava nas entrevistas, seu Severino Salvino da Silva, que Carlinhos considera o pajé da aldeia, seu Manoel Francisco do Nascimento e dona Maria José da Silva estes últimos pais do Cacique Carlinhos. Enquanto conversávamos o cacique ia falando sobre o que expressava as músicas do Toré;

Quando nós canta nossas músicas que nós fala das nossas matas, fala das nossas aldeias, nos nossos povos, onde mora nossos povos, fala no nosso papai mar ali (a referência próxima é porque a aldeia fica bem próxima a praia de Gramame), o mar sagrado, fala na terra, fala em Deus Tupã, que é Jesus mesmo na língua materna, na língua Tupi, então isso é muito forte, por isso que nós se torna muito forte. (CACIQUE CARLINHOS, junho, 2018).

As músicas seguem toda uma lógica que remete a situações inseridas na vida indígena. Para alguns índios como o Cacique Carlinhos, o Toré é um presente dado pelos antepassados, e é preciso ficar atento para não perder o Toré;

[...] gavião peneirou, peneirou, já vai chover, eu vou agradecer a quem? A Tupã eu vou agradecer. Você vai falando o nome dos bichos...Essa música foi feita aqui pelos Tabajara já depois que a gente começou, foi bem feita ela, “o aruá faz o ninho fora d’água” . Que ela fala no aruá também, o aruá é importante! Quando ele vai ter os bichim dele, ele tem no junco, quando ele tem bem pertinho da água, num vai ter inverno, quando ele tem os bicho lá em cima é sinal que vai ter cheia no rio porque a água do rio tem que lavar a ova dele pra ter os bichim, né? Então, aruá fez o ninho fora d’água já tá sabendo que vai chover com força, que ele faz lá em cima que é pra cheia lavar. Isso são as coisa que nós baseia e arruma esses Toré. Geralmente a gente andando nas matas porque pra você adquirir essas músicas que geralmente essas música, foi música dos nossos antepassados, então eles passa pra nós. Se nós tiver com que escrever, um carvão uma coisa, você segura aquele Toré, porque as vez chega no seu juízo, vamo dizer... Você tá andando caçando numa mata, porque você tá aqui é uma coisa, quando você entra dentro da mata a atenção já é outra né? E... As vezes o Toré chega na sua mente, você levanta dois, três pé de Toré aparece no seu juízo, ai você num... aquilo ali foi alguém que lhe deu naquele momento, alguma coisa lhe deu aquele Toré, lhe mostrou aquele Toré. Ai as vezes você num escreve, num carvão, num tem um pedaço de papel num tem nada, quando você chega em casa já tá esquecido. Aí como quem diz assim, Ahh ele num quer não? Vou levar de novo. (CACIQUE CARLINHOS, junho, 2018.)

Os conhecimento a respeito da natureza, dos sinais que ela dá, referente à chuva, ou a falta dela, assim como outras situações de conhecimento indígena podem se tornar letra de Toré. A crença e o respeito aos antepassados, faz parte da cultura dos Tabajara, os antepassados estão ligados ao dia a dia, orientando, protegendo, dando discernimento na hora das decisões e dando avisos em situações de risco.

As músicas do Toré são muitas vezes transitam entre etnias diferentes, podendo ser adaptadas ou reelaboradas. O intercâmbio entre povos indígenas se dá desde muitos séculos, com isso a cultura é naturalmente socializada e não imposta, como fez o colonizador.

Antigas e novas músicas do Toré fazem parte do ritual, geralmente quem inicia a música é quem tá no meio da roda. Alguns cânticos surgiram durante a ocupação de Mucatú, época que houve um enfrentamento dos Tabajara com a empresa de cimento Elizabeth por causa do Território.

Durante entrevista com o filho do cacique Carlinhos, Juscelino Silva de Souza que é uma liderança da juventude indígena Tabajara, ele me contou sobre as novas letras de Toré que surgiram no decorrer da retomada do povo Tabajara.

Estávamos na aldeia de Barra de Gramame em baixo da oca, o local é arrodado de cadeiras, pois é lá que sempre acontece as reuniões. Enquanto cantava, Juscelino fazia uma percussão com as mãos na mesa que estava na nossa frente. As letras de Toré geralmente são fáceis de aprender, pois tem muita repetição, aquela musica e ritmo foi me envolvendo e quando me percebi, eu também estava fazendo uma percussão na mesa, seguindo o mesmo ritmo de Juscelino.

Os guerreiros Tabajara quando sai pra guerrear
 Os guerreiros Tabajara quando sai pra guerrear
 Eles não vão pra perder, eles só vão pra ganhar
 Eles não vão pra perder, eles só vão pra ganhar
 Usam a tinta vermelha e depois botam o cocar
 Usam a tinta vermelha e depois botam o cocar
 Com sua lança e sua flecha, estão prontos pra lutar
 Com sua lança e sua flecha, estão prontos pra lutar
 Ser guerreiro é ser forte, ser guerreiro é ser valente
 Ser guerreiro é ser forte, ser guerreiro é ser valente
 Quem chegou foi Tabajara, aparecendo de repente
 Quem chegou foi Tabajara, aparecendo de repente.

Esse Toré acima, foi feito quando houve um enfrentamento com a empresa de cimento Elizabeth, nesta época, a juventude ficou muito tempo junta e durante esse tempo surgiu essa e outras novas letras de Toré.

Outras músicas de Toré eram cantadas as escondidas pelos mais velhos, na época em que não se podia manifestar sua identidade e atualmente são incorporadas, durante os rituais.

Na contemporaneidade, avistamos crianças durante suas brincadeiras nas aldeias, cantar os cânticos do Toré naturalmente, sem um adulto ao lado incentivando, diferentemente dos mais idosos que viveram em um cenário de repressão, onde cantar as músicas, dançar e se identificar como Tabajara era certeza que iria haver repressão chegando a correr risco de morte. As crianças ainda não tem noção do quanto se expressar e se afirmar indígena é resistir.



Figura 04: Crianças Tabajara durante evento na Fortaleza de Santa Catarina- Cabedelo – PB outubro de 2017.

Fonte: SOUZA. Cabedelo, 2017

O Processo de aprendizagem pelo qual as crianças Tabajara passam para conhecimento sobre os costumes, é a partir da interação com o meio social em que vivem, e a partir da transmissão oral, assim como era feito pelos antepassados.

Neste sentido compreende-se que a comunicação predominante entre esses povos era a fala. Todo conhecimento sempre foi repassado de pais para filhos de forma direta no cotidiano das aldeias. O não domínio da escrita por esses povos foi o principal fator que contribuiu para a ausência de seus registros históricos. (ANDRADE *et al*, 2012, p. 19).

A partir experiência vivida no meio social, como consequência da informalidade e da repetição do fazer durante as práticas coletivas do grupo, as crianças aprendem a pintura, músicas e a danças do grupo étnico o qual elas pertencem.

Tomando como referência o processo de desenvolvimento a partir da interação e vivência com o meio, as crianças crescem culturalmente com o suporte que elas têm, ou que são oferecidos a elas Segundo Marta Koll;

Essa concepção de que é o aprendizado que possibilita o despertar de processos internos do indivíduo liga o desenvolvimento da pessoa a sua relação com o desenvolvimento sociocultural em que vive e a sua situação de organismo que não se desenvolve plenamente sem o suporte de outros indivíduos de suas espécie. (2010, p.60)

A interação social entre os adultos e as crianças, que aprendem ao observar cotidianamente o outro ser da mesma comunidade, é essencial no processo do aprendizagem e

de dar continuidade, a elementos culturais que necessitam de conservação, para que não haja novamente uma ruptura nos conhecimentos referentes a sabedoria indígena Tabajara.

Além da cultura indígena específica que as crianças vivenciam, elas frequentam o ensino regular em escolas municipais do litoral sul, e aprendem a importância de estudar para, inclusive para se defender de preconceito de uma boa parte da população que ainda tem uma visão romantizada e estereotipada do índio.

A visão de que o indígena é aquele que mora em ocas, com várias famílias e que vive exclusivamente da caça, da pesca, colheita de frutos anda nu é apenas um reflexo ou resultado da ignorância da população brasileira com relação à grande diversidade sociocultural, linguística, organizacional presente na composição pluriétnica brasileira. É uma visão reducionista do que significa ser indígena. Visão que historicamente tem influenciado o processo de exclusão dos povos indígenas, por meio da omissão, ou, no mínimo, do descuido com relação a essa realidade. (ANDRADE *et al.* 2012, p. 79).

Diante de tantos processos sofridos durante a história, não haveria como se manter estagnado culturalmente, linguisticamente e fisicamente. O ser indígena foi se transformando, da mesma maneira que a tradição muda de acordo com as relações e as invenções são feitas de acordo com a necessidade e os atravessamentos.



Figura 05: Criança Tabajara fazendo desenhos no caderno.
Fonte: RESENDE, ago. 2018.

Nas duas aldeias Tabajara aldeia Vitória e aldeia de Barra de Gramame, são feitas reuniões para falar da relevância do movimento indígena, da importância de participar da dança, de aprender a pintura e as peças de artesanato.

A pisada mais forte no chão marca a sintonia entre aqueles que dançam. Dançar Toré não é apenas mover carne e ossos, é entrar em sintonia com sigo mesmo, com a coletividade do ser indígena, é buscar a energia da terra, natureza, de Tupã. Entrando em contato com os

antepassados que se fazem presentes pra dar forças na luta diária, que os índios tem para se manter vivo.

O Toré é um ritual de aproximação e união. Dançam o Toré crianças, jovens, homens, mulheres, anciãos, em ocasião de festa, celebração, reunião e reivindicação. É um momento de reafirmação e protagonismo, da busca por força e energia espiritual ou agradecimento. A dança é o sinal mais expressivo da afirmação indígena Tabajara, assim como é para grande parte dos povos indígenas do nordeste.

Apesar de haver danças semelhantes e cânticos compartilhados cada povo apresenta sua especificidade cultural, sua corporalidade, sua organização social, é a partir dessas diferenças que determinamos as fronteiras étnicas entre os povos indígenas. Juscelino me fala sobre esse processo de socialização e essa fronteira que segundo ele, sempre é buscada entre os grupos indígenas.

A cultura é esse processo de socialização, mesmo um grupo cantando esse cântico, esse cântico vai continuar sendo nosso, e ai a gente vai estabelecer outras fronteiras. As fronteiras elas estão sempre sendo ultrapassadas... e sendo reconstituídas de novo de outro jeito, ai elas são ultrapassadas e são reconstituídas de novo de outro jeito, seja numa pintura diferente [...] e outros elementos que a gente vai moldando e vai constituindo o que seria um Tabajara, e, só quem vai entender quais são esses elementos é quem tá fazendo parte da dinâmica de construção identitária de um grupo étnico aqui no litoral sul. (Juscelino Silva. outubro, 2018)

As apropriações de elementos da cultura de outros povos indígenas não é incomum, quando um grupo se agrada de uma dança, uma pintura ou da letra de algum Toré por exemplo, pode adota-lo e adapta-lo, a exemplo de determinadas letras de Toré Potiguara, “Algumas são apropriações de outros povos indígenas no Nordeste, como os Xukuru-PE, e adaptados à realidade Potiguara”(Barcellos, 2014,p.292). Mesmo existindo semelhanças entre alguns Toré, como o dos Tabajara e dos Potiguara, vão sempre aparecer singularidades que podem diferenciar um grupo do outro, podendo o mesmo povo ter diferenças em suas comunidades ou aldeias.

As rodas de Toré começam com tocadores no centro da roda juntamente com as lideranças, ao tocar os instrumentos anunciam que o ritual e a dança vão começar, todos os outros participantes fazem um grande círculo em volta dos tocadores, quando há muitas crianças, é feita um círculo menor dentro do grande círculo, enquanto isso alguma liderança com um cachimbo, faz uma defumação no centro da roda, no fumo geralmente é usado o alecrim de tabuleiro (também conhecido como alecrim de caboclo), a defumação é feita para espantar as energias negativas e dar equilíbrio.



Figura 06: Simone, esposa do cacique Carlinhos fazendo defumação durante o ritual do Toré.
Fonte: SOUZA. UFPB. 2017.

Todos se ajoelham e geralmente é rezado o pai nosso em Tupi, logo após todos ficam de pé e é feita uma memorização aos anciãos, às crianças, as matas, às lideranças, nesse ato o cacique fala: “Viva as crianças”, “Viva às lideranças”, “Viva as matas”, “Viva os anciãos” A cada exclamação do cacique os demais presentes repete “Viva”. Cada momento do ritual é iniciado ou finalizado com o balançar do maracá do cacique, o movimento é imitado pelas outras pessoas.



Figura 07: Pai nosso, sendo rezado em Tupi durante o ritual do Toré.
Fonte: SOUZA. UFPB, 2017.

A dança do Toré obedece algumas sequências coreográficas uma delas é feita como um “caminhar” para frente, uma pessoa atrás da outra seguindo o círculo no sentido anti-horário, o ritmo dos passos e a pisada mais forte no chão feita pelo pé direito, segue o pulsação mais forte tocado no bombo. Dependendo do ritmo da música a velocidade dos passos pode ser mais lenta ou mais rápida, todos os participantes buscam dançar em sintonia um com o outro, seguindo o mesmo ritmo.



Figura 08: Realização da dança Toré da aldeia de Barra de Gramame, abril de 2017.
Fonte: SOUZA. Abr. 2017.

Outra maneira de dançar o Toré que os Tabajaras tem é usado espaço indireto. Dessa maneira alguém vai tomar a frente e vai guiar os demais participantes que seguem em fila atrás do líder, cada pessoa uma, atrás da outra enquanto o líder do grupo segue em várias direções “desenhando curvas” no espaço, essa coreografia faz lembrar o movimento que a cobra faz ao rastejar, entretanto quem vai comandar as direções é quem está no início da fila, podendo fazer diversos desenhos com o corpo no espaço.

Uma outra coreografia é o movimento em espiral, esse espiral pode surgir a partir da coreografia anterior, geralmente essas formas que se dançam o Toré são finalizadas com a formação de um círculo.

Outra maneira de dançar que observamos, é em bloco. Várias pessoas uma ao lado da outras e outras fileiras atrás dessas avançam em bloco pelo espaço. Esse formato de dançar foi realizado em um evento na Universidade Federal da Paraíba, onde o grupo tinha que se deslocar de um lugar para outro um pouco mais distante. A pisada mais forte continuava a acompanhar

os passos que precisavam chegar em um determinado lugar, mas sem deixar o ritmo da música sair do corpo.

Mais uma maneira de dançar é fazendo um contratempo para acompanhar a música, dois passos para frente são dados sequencialmente por uma das pernas e depois mais dois passos são dados pela outra perna, os passos são pequenos e a mudança de uma perna para a outra gera um contratempo.

Atualmente, entre os Tabajara não existe uma dança em pares como existe em outras regiões, o que observamos é que a mãe quando tem uma criança pequena, dança com o bebê no colo, ou quando são maiores e não estão na roda do meio, alguém fica segurando a mão da criança. Esse ato de trazer as crianças desde pequenas para dentro dançar é de grande importância para passar os saberes adiante e desde já fazer os pequenos serem protagonistas da sua própria cultura.

Não existe dias específicos para ser realizada a dança do Toré, mas sempre que é feita uma reunião, evento dentro ou fora das aldeias o Toré é feito pelo grupo. Até mesmo quando tem um grupo de pessoas e eles sentem vontade de fazer o Toré, eles realizam. Não é sempre que sai uma boa roda de Toré, é preciso haver uma sintonia entre os participantes é necessário que a energia espiritual esteja boa entre o grupo.

Além dessas ocasiões, os Tabajara também fazem apresentações em eventos principalmente de cunho político social e se apresentam em escolas quando são convidados.

O movimento e suas formas de organização e interação com o mundo e a sociedade, são relevantes, sabemos também que não há como tratar do Toré sem delinear que corpo é esse que dança, existindo uma lacuna que precisa ser abordada para conhecimento de como essa dança que vem sendo reelaborada, como vem se organizando.

Quais relações anteriores a esta reorganização do povo Tabajara, influenciam no movimento executados pelos participantes durante a dança do Toré? Tendo em vista que essa nova geração de índios obtiveram outras vivências culturais, antes mesmo de se afirmarem indígenas. Observamos a necessidade de saber quais relações e referências os Tabajaras trazem no corpo que dança o Toré, entendendo que somos formados de relações que constroem nosso corpo, somos corpo.

3. TORÉ, CONFLITOS E RESSIGNIFICAÇÕES

A cultura de um povo, diz muito sobre a forma na qual esse povo se organiza socialmente. A religião, as tradições e costumes fazem parte de um conjunto que, se registrados, ajudam na compreensão de como atuais e antigas civilizações se estruturam.

Construir um conhecimento sobre a atual sistematização do povo Tabajara, observando possíveis ressignificações, conflitos e estruturações diante de uma cultura emergente, é necessário, para se ter uma base de como esse povo se organiza e pode ser afetado por diversos fatores sociais, culturais e religiosos.

O Toré presente na cultura do povo Tabajara se faz fundamental, não apenas por uma exigência para afirmação étnica, mas pelo desejo de reavivar a manifestação de práticas tradicionais proibida há muitos anos atrás, que agora é usado como um grito de liberdade, de existência e um desejo dos Tabajara que querem estar em união, celebrando ou reivindicando seus direitos.

Pensando nessa re(união) dos Tabajaras observamos que possíveis conflitos aparecem quando se trata da religiosidade individual, esses conflitos afetam diretamente na prática da dança do Toré.

Os índios sempre possuíram sua religiosidade, sua cosmologia e eram tão culturalmente ricos como qualquer outro povo estrangeiro. Todavia, sabemos que desde a época da colonização, os índios no Brasil sofrem com a aculturação religiosa que inicialmente foi trazida pelos jesuítas, que usavam o catolicismo como salvação para “aqueles povos sem Deus”.

Essas missões religiosas ocasionaram numa devastação cultural entre os povos originários, que, muitas vezes pela sobrevivência, deixavam de praticar suas manifestações. Muitos “aceitavam” o catolicismo em troca de uma salvação, outros não aceitavam, mas eram punidos, foi assim se constituindo a religiosidade indígena no Brasil.

Registros indígenas se encontram na cidade de João Pessoa e em outras cidades da Paraíba até os dias atuais, no conjunto franciscano e no Convento São Francisco, onde os índios Tabajara e Potiguara foram escravizados em troca da libertação espiritual e da fé, existe desenhos e as formas geométricas que os indígenas utilizam em sua cultura até hoje.



Figura 09: Chão de uma das salas do Convento São Francisco, desenhos indígenas.
 Fonte: site tripadvisor. 2018.

Muitas pessoas do grupo Tabajara nasceram e foram criados sem saber que eram indígenas, poucos que foram criados no território pertencente aos Tabajara, eram conhecidos como caboclos, mas as pessoas mais velhas da família, também não podiam comentar que eram índios.

As famílias que fugiram do território foram viver em várias cidades e muitos em periferias, sobrevivendo de forma desumana sem condições de ter educação de qualidade, e muitas vezes passando necessidade quanto ao direito de ter alimentação e moradia.

Com famílias constituídas, culturalmente afastados das tradições de seus antepassados, muitos Tabajara se converteram a religiões que foi passando de geração em geração, a maioria das famílias foi convertida ao cristianismo.

Atualmente uma parte das pessoas que se reconhecem Tabajara, são convertidas a religião cristã Pentecostal, segundo Farias;

O pentecostalismo é um movimento religioso de vertente do protestantismo fundamentalista. A religião pentecostal tem fundamentação milenarista, onde acreditam na volta de Cristo que combaterá o mal e os escolhidos viverão numa vida de abundância, justiça e felicidade. (2015, p.172)

Cada religião traz sua doutrina, seus ensinamentos e dentro desta ordem existe as privações, o juiz de valor do que é certo e o que é errado. Diante da reorganização do povo Tabajara, alguns conflitos surgem diante da prática do Toré, que para alguns pentecostalistas, o ritual vai contra os ensinamentos religiosos que estes seguem.

O Toré é a expressão mais forte do índio do nordeste, é também seu divertimento, sua brincadeira, seu ritual, sua religião, o momento de união.

Apesar de haver questões que causam um mal estar quando se trata da realização Toré, a grande maioria do povo Tabajara, principalmente os mais jovens e as crianças se fazem presentes no ritual. Os Caciques Ednaldo e Cacique Carlinhos tem um forte discurso sobre a importância das praticas culturais e da participação no Toré.

O Toré vem sendo reelaborado pelos Tabajara desde o início de sua reorganização, há 11 anos atrás. Assim como outros Toré praticados por demais comunidades indígenas do nordeste, a prática se faz necessária para tornar esse povo um corpo uno, para manter a energia, reorganizar as forças e também nos momentos de reivindicações políticas. Em conversa com o Cacique Carlinhos sobre o início da reorganização do povo, ele diz,

Então... nós conseguimos esse GT, tudo isso na força do nosso ritual, do nosso Toré, porque lá em Brasília também se torna muito forte o nosso ritual, ritual do Toré, e tem parente lá que trabalha a noite todinha no Toré, principalmente quando “tão” acampado em Brasília, trabalha a noite todinha [...] ai... é os Krahô Kanela, Urubu, os Guajajara do Maranhão (os Krahô Kanela também é do Maranhão), turma lá de Mato Grosso do Sul, os Kaápor também são muito forte no Toré... e isso dá uma força a nós muito boa né? Muito positiva (Cacique Carlinhos, junho 2018).

Ao se referir ao GT que conseguiu, o Cacique Carlinhos falava do Grupo de Trabalho enviado pela FUNAI para reconhecimento étnico dos Tabajara e remete ao ritual Toré a conquista. Percebo que ao falar dessa situação ela muda o tom de voz, tornando fala mais suave do que falava anteriormente, parece reviver o momento em que viveu junto com outros parentes durante os rituais em Brasília. O Toré serve como a proteção do índio, nos período de decisão, de enfrentamentos, de reivindicação dando forças para o indígena nos ciclos cruciais.

A manifestação de fé, crenças, religiosidade é democrática entre os Tabajaras. A partir das conversas que os cacique tem com as comunidades, vem sendo construído entre o povo o entendimento de que ter uma religião, seja católica, protestante, de matrizes afro, não faz o índio deixar de ser índio, por isso além de expressar a sua fé, é fundamental respeitar e se manter ligado as expressões indígena.

Ainda assim existe uma dificuldade em trazer para os rituais de Toré, as pessoas mais de mais idade que são convertidas ao pentecostalismo. Após uma das reuniões que aconteceram na Adeia Vitória, fui à casa de Ednaldo e pedi para gravar uma entrevista.



Figura 10: Reunião do povo Tabajara na Aldeia Vitória- Mata da Chica- Conde- PB.
 Fonte: SOUZA. Set, 2018.

Estávamos sentados enquanto circulavam pessoas pelo ambiente. A casa de Ednaldo é um local muito movimentado, é lá que têm acontecido as reuniões que antes eram feitas na oca, mas a oca caiu e enquanto não é levantada novamente, todos os encontros acontecem no terraço da casa do cacique. Durante a entrevista, Ednaldo fala sobre esse obstáculo em fazer com que os mais velhos participem do Toré;

O povo Tabajara ele tem uma virtude, a maioria são evangélicos, dos mais velhos, e os mais novo eles tem a facilidade de transitar mais no meio da nossa cultura, os mais velhos eles são mais restritos, então a única dificuldade que tem é essa. É dos mais velhos e dos mais novos, que temos dois tipos de linha de trabalho, a primeira linha de trabalho é com os mais velhos. Quando eu vi que os mais velhos não estavam aderindo eu parti pra os jovens, e agora para as crianças. Então os pirralhos, já começam a ter a saia deles, ai já se cria dentro da cultura, em relação ao povo Tabajara, que a gente tá numa aldeia em formação e você já nascer pertencente a um território e uma terra então isso tem ajudado a afirmação dessa identidade. (Cacique Ednaldo, agosto 2018)

Enquanto conversávamos o cacique Ednaldo observava tudo o que acontecia ao seu redor, de vez em quando ele falava com alguém que passava, dava alguma determinação, estava sempre em estado de atenção. Nas proximidades tinha uma movimentação de crianças, pessoas organizando as cadeiras que estavam na reunião, outros passando com prato de comida porque era por volta do meio dia e ninguém havia almoçado, eu estava com fome mas não é sempre que dá pra conversar com Ednaldo, ele é muito ocupado, eu não podia perder a oportunidade e me mantive atenta ao que ele falava.

Na conversa dele, Ednaldo vê como uma virtude os Tabajara terem sua própria religiosidade e se assumirem cristãos, mas mesmo assim luta para que as pessoas aprendam sobre os costumes e a cosmologia indígena, entre esses costumes está o Toré, isso facilita

quando é em relação aos mais jovens e as crianças, que estão crescendo na aldeia, vendo e participando com naturalidade do ritual do Toré.

Em termo dos mais velhos, eles aderem. Eles não tem uma rejeição cem por cento, eles aderem e não coloca barreira em relação ao aprendizado dizendo, “meu filho não vai dançar, meu filho não vai se pintar” então eles incentivam os filhos, os netos a vivenciar a cultura né? Não é aquela coisa fechada “eu num vou fazer e pronto e nem quero que o outro faça” (Cacique Ednaldo, agosto 2018).

Apesar alguns membros Tabajara pertencerem a igrejas pentecostais e não participar do ritual do Toré, eles incentivam as crianças a participar, o que tem ajudado a recriar um novo contexto de fortalecimento diante da prática do Toré.

Uma possível negação em participar do ritual e da dança do Toré entre os mais velhos que se declaram de religião cristã, é a ligação que o Toré Tabajara já teve com antigas práticas ritualísticas como o catimbó. Para essas pessoas essa associação não é bem vista, já que são doutrinadas que esses costumes são abomináveis e não agradam a Deus.

Entretanto alguns membros do grupo Tabajara relativamente mais jovens, dizem que os antigos eram conhecedores de práticas ligadas a jurema e a práticas de “mesa branca”, para os que fazem estas afirmações, a negação por parte dos idosos é a vergonha de relatar esta realidade Segundo Mura et al,

[...] como atos estigmatizantes e repressivos com relação aos índios, podem ter sido responsáveis pela atribuição, por parte de membros das famílias indígenas, de, por um lado, um valor negativo às práticas por estes desenvolvidas no passado; por outro, e de forma correlata, foi-se progressivamente valorizando algumas práticas religiosas derivante do mundo dos próprios dominadores [...] (2015, p. 203).

Essa negação pode ser derivada das repressões sofridas diante das práticas, que para os não índios, caracterizavam os índios como seres que tinham uma vida atravessada com conhecimentos em magia para fazer maldades, com isso foi os opressores foram reprimindo as atividades ritualísticas de origem indígena.

Muitos dos Tabajara evangélicos que dançam, fazem pela causa indígena, não querem saber de ligação com os encantados, nem com toda a misticidade que envolve a dança do Toré, eles vão ressignificando os sentido da dança de acordo com a sua atual crença.

Se entrássemos em um estudo mais aprofundado poderíamos perceber, que o atual panorama em que se encontra a religiosidade dos índios Tabajara da Paraíba não é mecânica, em relação as mudanças e “escolhas” sofridas, mas é provinda de um processo contínuo de existência, relações e necessidades em diferentes situações que, com o passar dos tempo foram sendo determinantes para formar a conjuntura religiosa atual.

São muitos os avanços que o povo Tabajara tem conquistado nesses últimos 11 anos, o incitamento que os líderes Tabajara fazem ao povo quanto a realização da dança do Toré tem contribuído para consolidar essa comunidade, observando a performance do Toré, tanto na comunidade quanto fora dela, principalmente quando essa prática está presente nos espaços que é preciso estabelecer uma diferença entre os Tabajara e as pessoas não indígenas.

Entre os Tabajara é sempre falado pelas lideranças, sobre a importância de vivenciar os costumes da tradição indígena, sobretudo diante dessa reelaboração que vem acontecendo no saber Tabajara. Entretanto, ninguém é obrigado a dançar, mas todos, sejam idosos, jovens, crianças, homens e mulheres, absolutamente todos, podem dançar, inclusive quem não é Tabajara.



Figura 11: Apresentação do Toré em um evento na Fortaleza de Santa Catarina- Cabedelo – PB outubro de 2017.

Fonte: SOUZA. Cabedelo, 2018.

Os Tabajara em sua maioria, vem de periferias das cidades de João Pessoa e também da zona rural de Conde, Alhandra e Pitimbu. Viveram diferentes realidades quanto à educação, cultura e socialização, que possibilitou dessemelhantes experiências para cada família, e entre os indivíduos dessas famílias possibilidades distintas.

Cada corpo carrega sua particularidade e especificidade, sejam códigos posturais, seja uma anatomia específica devido a movimentos repetidos durante um determinado tempo, uma prática de dança executada por um longo período e até mesmo os sentimentos somam nessa conta de corporeidade.

A exemplo dessas formas corporais, temos a bailarina clássica que geralmente, com muitos anos de prática, apresenta uma postura onde o tronco é mais alongado, a bacia e

escápulas são encaixadas, diferente de bailarinos de dança de salão ou de outro conceito de dança que vai dar ao dançarino a organização corporal daquele tipo de dança. Não muito diferente, são as práticas diárias que temos no trabalho, em casa, a maneira de sentar, andar e são esses hábitos que vão moldando o nosso corpo.

Nesse processo de etnogênese vivido pelo grupo Tabajara, tem sucedido uma busca de estabelecer uma unidade coreográfica durante a prática do Toré. A partir dessa tentativa, podemos observar uma diversidade de corpos, que carregam suas vivências, história, aspectos biológicos e existenciais, assim determinando padrões individuais que reverberam na execução da dança.

[...] Vale ressaltar que o corpo humano é, a um só tempo, existência e identidade individual (cultural) em seus aspectos genéticos, históricos, psicológicos, sócio-culturais e cenestésicos. É também fonte de criação e de sentido na dança sendo sua realidade somática resultante de sua genética e de sua experiência na vida e no mundo, que podem, inclusive: influenciar o desenvolvimento corporal, modificando até mesmo sua forma e alterando aspectos de seu funcionamento. (IANNITELLI, 2002, n.p)

As experiências individuais de cada Tabajara somam atualmente nesse conjunto, quando se reúne todos esses corpos. Durante as apresentações de Toré, eu tenho observado as diferentes corporeidades. Não quero afirmar que, se os Tabajaras tivessem vivido toda a vida em comunidade teriam a mesma corporeidade, mas quanto à execução do movimento provavelmente teriam alguns códigos corporais semelhantes.

Na dança do Toré se busca unidade, uma harmonia quanto a execução do movimento, a pisada mais forte indica a sintonia, a conexão entre os que estão dançando. Mesmo com essa unidade os sujeitos que participam do Toré, surgem diferenças mais contrastantes.

Entre esses contrastes a partir das minhas observações durante a dança, tanto nas apresentações nas aldeias, como em apresentações externas que acompanhei na Universidade Federal da Paraíba, na câmara Municipal de João Pessoa, no Encontro Estadual de Estudantes Indígenas, e em um assentamento próximo a Alhandra, busquei observar dois sujeitos que mais se destacavam na hora de dançar o Toré.

Um dos sujeitos escolhidos é Juscelino Silva de Souza filho do cacique Carlinhos. Juscelino é uma liderança dos jovens Tabajara ele está no movimento desde o início, quando começou a reivindicação pelo processo de reconhecimento étnico, nesta época ele tinha 12 anos, atualmente ele tem 24 anos e é aluno do curso de antropologia no Campus IV da Universidade Federal da Paraíba.

Juscelino tem uma maneira que se destaca ao dançar. O tronco estabelece uma flexão de troco muito acentuado, se comparada com as outras pessoas que dançam. Outra particularidade é a relação da bacia e joelhos, a bacia fica estabilizada mantendo uma posição neutra em relação ao chão, enquanto os joelhos ficam semi-flexionados durante todo o movimento.

A pisada mais forte com o pé direito no chão é feita, entretanto o pé esquerdo não se levanta a mesma altura que o pé direito, o pé esquerdo passa quase arrastado no chão durante o passo, enquanto o pé direito vai mais alto acentuando a pisada.

Em determinados momentos Juscelino faz uma flexão levando o troco para frente e uma extensão com o tronco para trás, o movimento acompanha o ritmo da música e durante esse movimento percebi que algumas pessoas (principalmente os jovens rapazes), quando estão atrás de Juscelino o seguem repetindo o movimento que ele faz.

Outra pessoa que me chamou atenção durante a dança do Toré foi Bruna Flávia Rodrigues da Silva, filha de Sônia Rodrigues da Silva. Bruna tem 19 anos, é representante jovem do grupo Tabajara, concluiu o ensino médio e atualmente ajuda a família nas tarefas do dia a dia dentro da aldeia Vitória, a noite ela tem se voluntariado em dar aulas para os mais velhos que não tiveram oportunidade de terminar os estudos.

Bruna também segue a religião cristã e é convertida ao pentecostalismo, todavia, dança o Toré e segue as tradições indígenas. Observando Bruna durante a dança, percebi que o tronco dela fica quase ereto sem muita flexão, o tronco segue quase o alinhamento de quando ela está em pé sem caminhar, se mantendo mais reto, as escápulas ficam encaixados e os ombros relaxados mantendo um alinhamento.

O quadril fica encaixado sem fazer báscula, as passadas são curtas e durante a batida mais forte do bombo o pé direito marca a pisada mais forte, mas o pé esquerdo sobe quase a mesma altura do pé direito, entretanto esse não dá ênfase na pisada.

Em alguns momentos Bruna apoiava o braço esquerdo dobrado na região da lombar, esse movimento algumas vezes foi copiando por algumas meninas mais novas que seguiam atrás de Bruna.

Podemos fazer uma comparação entre os padrões de movimento de Juscelino e Bruna ambos dançam com o maracá na mão direita:

Bruna:

Pouca flexão de tronco;

Bacia posição neutra sem fazer báscula;

Joelho pouco semiflexionado;

Pisada forte com o pé direito;

Pé esquerdo passa pra frente quase na mesma altura que o pé direito vai pé frente.

Juscelino:

Acentuada flexão de tronco;

Bacia posição neutra sem fazer báscula;

Joelho flexionado;

Pisada forte com o pé direito;

Pé esquerdo passa pra frente quase arrastando pelo chão.

Tanto Bruna quanto Juscelino são influências para os mais novos, desde já percebemos que alguns padrões de movimento são copiados quando eles executam. O fato  que esse Tor que vem sendo reelaborado vai ganhando influências, do corpo da Bruna, do Juscelino, dos demais que são mais relevantes nesse movimento, e essa nova gerao de indígenas vai se espelhando e dando ao corpo dos outros códigos que vão formando cada vez mais a identidade do Tabajara na hora do Toré.

As vezes que estive presente, não apenas observei de fora, mas dancei Tor com os grupos, em diferentes ocasiões, eu buscava durante a dança me espelhar em alguém que estivesse a minha frente, ficava tentando coordenar o passo para que a pisada ficasse igual as das outras pessoas as vezes não era conseguia, alguém estava pisando mais lento ou mais rápido que a batida mais forte.

Mas me percebendo quando eu ficava relaxada sem sentir a necessidade de dançar igual ao outro, meu estado corporal ficava diferente, eu me encontrava em sintonia com a batida, com o cântico, com todo o conjunto que estava ao meu redor. As vezes que dancei dentro das aldeias e em outros espaços na cidade de João Pessoa, senti diferentes sensaes. Dançar com os ps na terra tem uma outra conexão com a mãe natureza,  outra energia que reverbera no corpo, a poeira, a areia, a oca da um outro sentido que eu não sei explicar.

A tradio que  tão cobrada para dar "originalidade" as manifestaes da cultura popular não  fixa, ela vai se adequando e mudando (mesmo que lentamente) durante o passar dos tempos. Os Tabajara mais velhos, sequer puderam passar com liberdade para os filhos e netos sua tradio da pintura, artesanatos, magias e o do Toré.

Minha v Maria, são veio dançar o Toré em terra Tabajara aos 81 anos, hoje com 84 já está cansada quase não consegue mais dançar, um dia ela me disse que plantaria um p de jabuticaba, disse ainda que quando falam que a jabuticabeira demora em mdia quinze anos pra

dar frutos, e talvez ela nem chegue a comer jabuticabas, ela responde, “meus filhos, netos e bisnetos vão poder usufruir”.

CONSIDERAÇÕES FINAS

Esse é o início de uma longa caminhada que eu pretendo me dedicar, o fator tempo não propiciou um aprofundamento em outros subtemas que apareceram durante o estudo, aspectos que tem demasiadamente despertado meu interesse como educação indígena. Escrever sobre indígenas, sobretudo os Tabajara, tem me trazido diversas reflexões e questionamentos que não puderam ser esmiuçados nesse trabalho, mas, que poderão ser desenvolvidos futuramente.

A facilidade em ter parte de minha família inclusive minha avó Maria morando na aldeia Vitória foi crucial para eu criar uma intimidade maior com as pessoas do grupo, ainda assim, alguns assuntos eram evitados por parte dos entrevistados, eu sentia uma negação em querer falar sobre um passado de sofrimento, até mesmo por parte da minha avó que é muito resguardada sobre sua vida, me proporcionou uma certa dificuldade em reunir material para a pesquisa, quando eu perguntava sobre a época que ela viveu antes de ir morar na Baía da Traição, ela dizia que não se lembrava de mais nada, o tempo parece ter criado marcas que alguns indígenas acharam melhor esquecer.

O descolamento para as aldeias e a burocracia solicitada para realização desse tipo de pesquisa, diante de um cotidiano carregado de afazeres, entre estudo, trabalho e vida pessoal foi desestimulante, mas além de acreditar na importância desse estudo, ao chegar em território Tabajara me sentia renovada para continuar.

A dificuldade de encontrar referências bibliográficas sobre a continuidade histórica dessa comunidade foi sentida durante o processo de investigação, entretanto, fiquei satisfeita em perceber que múltiplos Toré vem sendo abordados em outras escritas de diferentes autores, possibilitando uma pesquisa analítica com relação ao Toré dos Tabajara, os quais apesar de pequenos números de referências são permissíveis e acolhedores, o que propiciou as entrevistas meio encontrado de compreender como está se construindo essa narrativa a qual segue acontecendo a cada instante.

Acredito que o objetivo principal de colocar em pauta o corpo Tabajara que é potente diante da luta pelo reconhecimento e busca por direitos através da dança do Toré foi realizado. Durante as conversas pude perceber o quanto os Tabajara reconhecem a importância de suas pinturas, seus artesanatos e sua dança, manter viva essa reelaboração cultural tem sido um processo de imersão individual e coletiva que eles vem apresentando.

O falecimento de dois troncos velhos (Dona Terezinha e João Gringo) no decorrer desse ano foi uma perda muito grande para o grupo, é a memória que se vai e tudo o que eles puderam repassar é o que fica.

Esse acontecimento me fez acreditar ainda mais na importância de ter a historicidade deste povo escrita, são pessoas que lutam pelo que lhe é de direito, os Tabajara como outros indígenas do nordeste tem no Toré um instrumento de arte, força e religiosidade que vem sendo ressignificado de acordo com as interferências sociais, religiosas e culturais que atravessam essa gente e a cada dia um novo corpo Tabajara vai sendo construído.

CONCLUSÃO

Adentrar na cultura indígena Tabajara foi um presente. Poder conhecer sobre um passado que também me pertence, foi mergulhar em um mar de histórias, muitas que eu gostaria que não tivessem acontecido.

Entretanto, toda a luta pela qual esse povo protagonizou, ajudou para que eu chegasse até aqui e pudesse juntamente com eles gritar para quem quiser ouvir, que os Tabajara estão vivos.

Durante toda a vivência em campo (que agora também é minha casa) pude sentir na voz, no olhar, no corpo das pessoas durante nossas conversas, o medo muitas vezes ainda presente ao falar sobre determinados assuntos que remete a um passado de perseguição, repressões, maldades e a dor por tudo o que sofreram nossos antepassados. Mas também pude sentir a força que todo esse povo tem para continuar uma luta que não é por um apenas, mas por todos, é uma batalha pelos idosos, pelas crianças e pelas próximas gerações que virão.

Nessa busca de procurar o que está se reconstruindo, percebi o corpo como uma potência incomparável que protagoniza essa história, foi o corpo que sangrou, fugiu, lutou e hoje mais do que nunca, dança pra dizer que está vivo.

Sinto-me privilegiada em por contar essa narrativa e não deixar apagar, essa continuidade escrita que não é exclusivamente pertencente a uma comunidade, mas pertence a toda a Paraíba, a todo Brasil.

São essas histórias e essas emergências dos povos indígenas que sobreviveram e dessa vez se fazem ouvir, que a nossa crônica vai sendo recontada, não com as palavras do colonizador, mas com a propriedade de quem sentiu no corpo, a necessidade de resistir para existir.

Pesquisando sobre os Tabajara, me descobri tanto quanto pude “descobri-los”, observei uma rede de relações que transpassam a relação entre pessoas do mesmo sangue, é uma rede mística, de afetividade, identificação entre os atuais Tabajara, essa sintonia se torna mais forte durante os rituais do Toré, quando a singularidade de corpos deixa de ser vários e se torna inexplicavelmente um só.

REFERÊNCIAS

-----, **Foto:** “Chão de mirra numa das salas da igreja. Pedras pretas.” Disponível em <https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g303428-d4702338-i250060316-Igreja_Sao_Francisco-Joao_Pessoa_State_of_Paraiba.html> Acesso em: 19 de outubro de 2018.

ACSELRAD, Maria. Torés Pankararu ontem e hoje. In: GRÜNEWALD, Rodrigo (Org.). **Toré:** regime encantado do índio do nordeste. Recife: Fundaj; Editora Massangana, 2005.

ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre. **O Regime Imagético Pankararu** (Tradução Intercultural na Cidade de São Paulo). 2012. 422 f. Tese (Antropologia Social)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis- SC. Disponível em: <<http://pct.capes.gov.br/teses/2011/41001010017P0/TES.PDF>> Acesso em: 05 de agosto de 2018.

ALBUQUERQUE, Marcos. **“Tridução” pankararu:** a imagem no trabalho videográfico com indígenas na cidade de São Paulo. Revista *Ñanduty*, v. 4, p. 131-146, 2016. Disponível em: <<https://www.inarra.com.br/artigos>> Acesso em: 14 de setembro de 2018.

ALBUQUERQUE, Marcos. O Torécoco (o forjar lúdico dos índios Kapinawá da Mina Grande). In: GRÜNEWALD, Rodrigo (Org.). **Toré:** regime encantado do índio do nordeste. Recife: Fundaj; Editora Massangana, 2005.

AMARAL, Wagner; BAIBICH-FARIA, Tânia. **A presença dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: trajetórias e pertencimento.** 33ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Caxambu. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v93n235/14.pdf>> Acesso em: 25 de agosto de 2018.

ANDRADE, Mário. **Macunaíma:** O herói sem nenhum caráter. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1987.

ANDRADE, Ugo. Moralistas Cabocla. In: GRÜNEWALD, Rodrigo (Org.). **Toré:** regime encantado do índio do nordeste. Recife: Fundaj; Editora Massangana, 2005.

ARAÚJO, Ismael et al. Processo de emergência étnica: Povo indígena Tabajara da Paraíba. In: VII Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação. Tocantins, 2012. Disponível em: <<http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/view/2110/1626>> Acesso em: 04 de agosto de 2018.

BARBOSA, Wallace. O Toré (e o praia) entre os Kambiwá e os Pipipã: Performances, Improvisações e disputas culturais. In: GRÜNEWALD, Rodrigo (Org.). **Toré:** regime encantado do índio do nordeste. Recife: Fundaj; Editora Massangana, 2005.

BARCELLOS, Lusival. **Práticas educativo-religiosas dos Potiguara da Paraíba.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

BARCELLOS, L.; FARIAS, E. **A religiosidade dos indígenas tabajaras da Paraíba.** Disponível em: <http://www.academia.edu/10371410/a_religiosidade_dos_ind%C3%8Dgenas_tabajara_da_para%C3%8Dba> Acesso em 20 de julho de 2016.

BATISTA, Mércia. O Toré e a ciência Truká. In: GRÜNEWALD, Rodrigo (Org.). **Toré:** regime encantado do índio do nordeste. Recife: Fundaj; Editora Massangana, 2005.

BEAUDET, Jean. O Laço: Sobre uma dança Wayãpi do Alto Oiapoque. In: CAMARGO, Giselle (Org). **Antropologia da Dança I**. Florianópolis: Insular, 2013.

BEZERRA, Kilma. **Reelaboração do Toré Tabajara no Corpo da Identidade Indígena Paraibana**. Disponível em: <www.fapas.edu.br> Acesso em 07 de outubro 2016.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. São Paulo. Global. 2005.

FARIAS, Eliane; BARCELLOS, Lusival et al. **Diversidade Paraíba: indígenas, religiões afro-brasileiras, quilombolas, ciganos**. João Pessoa: Grafset, 2014.

FARIAS, Eliane; BARCELLOS, Lusival. **Memória Tabajara: manifestação de fé e identidade étnica**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. Brasília. Disponível em: www.funai.gov.br Acesso em: 19 de julho de 2018.

GANDRA, Edir. **Jongo da Serrinha: do Terreiro aos palcos**. Rio de Janeiro: GGE, 1995.

GRÜNEWALD, Rodrigo (Org.). **Toré: regime encantado do índio do nordeste**. Recife: Fundaj; Editora Massangana, 2005.

GRÜNEWALD, Rodrigo. As múltiplas incertezas do Toré. In: GRÜNEWALD, Rodrigo (Org.). **Toré: regime encantado do índio do nordeste**. Recife: Fundaj; Editora Massangana, 2005.

IANNITELLI, Leda. **Dramaturgia Corporal**. In: Anais do 2º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Pós Graduação em artes cênicas. Salvador. 2002.

LIMA, Rayane. **O Devenir Indígena: Uma análise sobre reconhecimento étnico de comunidades indígenas resistentes no brasil**. Universidade de Brasília Faculdade de Direito. Brasília. 2016.

MENDES, Márcia; Moura, Giovanna. **Iraci Cassiano Soares (1950-1996): contribuições da potiguara no cenário educacional e político da paraíba**. IV Congresso Nacional de Educação. João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA3_ID5_209_17102017000007.pdf> Acesso em: 17 de outubro de 2018.

MOTA, Clarice. Performance e significações do Toré: o caso dos Xocó e Kariri-Xocó. In: GRÜNEWALD, Rodrigo (Org.). **Toré: regime encantado do índio do nordeste**. Recife: Fundaj; Editora Massangana, 2005.

MÜLLER, Regina. **Danças indígenas: arte e cultura, história e performance**. Disponível em: <https://www.iai.spkberlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/Indiana/Indiana_21/10Muelle_rRegPol_neu-kM_.pdf> Acesso em: 10 de julho de 2018.

MURA, Fábio et al. **Relatório Tabajara: Um estudo sobre a ocupação indígena no Litoral Sul da Paraíba**. João Pessoa: Editora UFPB, 2015.

NASCIMENTO, Manoel. **Entrevista sobre o Toré do povo Tabajara: depoimento [10 ago. 2018]** Entrevistadora: Cristina da Conceição Resende. João Pessoa, 2018. Áudio MP3.

NASCIMENTO, Marco. Toré Kiriri: O sagrado e o étnico na reorganização coletiva de um povo. In: GRÜNEWALD, Rodrigo (Org.). **Toré: regime encantado do índio do nordeste**. Recife: Fundaj; Editora Massangana, 2005.

NEVES, Rita. Identidade, Rito e Performance no Toré Xukuru. In: GRÜNEWALD, Rodrigo (Org.). **Toré: regime encantado do índio do nordeste**. Recife: Fundaj; Editora Massangana, 2005.

OLIVEIRA JUNIOR, Gerson. **Torém: Brincadeira dos índios Velhos**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desportos, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Laced, 2004.

OLIVEIRA, Victor Hugo Neves de. **Dançando com Gonçalo: Uma abordagem de Antropologia – Dança**. 2016. 293 f. Tese (Doutorado em ciências sociais) – Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PALITOT, Estevão; SOUZA JUNIOR, Fernando. Todos os pássaros do céu: O Toré Potiguara. In: GRÜNEWALD, Rodrigo (Org.). **Toré: regime encantado do índio do nordeste**. Recife: Fundaj; Editora Massangana, 2005.

PESTANA, Linda. **Reflexões sobre mitos, ritos e espiritualidade indígenas**. São Leopoldo: Identidade! v.20 n.2, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/identidade>> Acesso em 20 de julho de 2016.

PIMENTEL, Altamar. **Cabelelo**. Volume I. 2. ed. Cabelelo: Secretaria de Educação, 2015.

SILVA, Ednaldo. **Entrevista sobre o Toré do povo Tabajara**: depoimento [19 ago. 2018] Entrevistadora: Cristina da Conceição Resende. João Pessoa, 2018. Áudio MP3.

SILVA, Edson. Expressões indígenas da Cultura imaterial em Pernambuco. In: CAMARGO, Giselle (Org). **Antropologia da Dança I**. Florianópolis: Insular, 2013.

SILVA, Severino. **Entrevista sobre o Toré do povo Tabajara**: depoimento [10 ago. 2018] Entrevistadora: Cristina da Conceição Resende. João Pessoa, 2018. Áudio MP3.

SOUZA, Carlos. **Entrevista sobre o Toré do povo Tabajara**: depoimento [10 ago. 2018] Entrevistadora: Cristina da Conceição Resende. João Pessoa, 2018. Áudio MP3.

SOUZA, Juscelino. **Entrevista sobre o Toré do povo Tabajara**: depoimento [06 out. 2018] Entrevistadora: Cristina da Conceição Resende. João Pessoa, 2018. Áudio MP3.

VALLE, Carlos. Torém/Toré: Tradições e invenção no quadro de multiplicidade étnica no Ceará contemporâneo. In: GRÜNEWALD, Rodrigo (Org.). **Toré: regime encantado do índio do nordeste**. Recife: Fundaj; Editora Massangana, 2005.